



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
EVENTO: Seminário	REUNIÃO Nº: 1567/16	DATA: 06/12/2016	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 14h49min	TÉRMINO: 18h51min	PÁGINAS: 80

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PHILIP FEARNSIDE - Professor e Pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia — INPA.  
CAIO BORGES - Advogado e representante da organização não governamental internacional Conectas Direitos Humanos.  
RICARDO PÉREZ BAILÓN - Representante da organização civil Derecho, Ambiente y Recursos Naturales — DAR, do Peru.  
ELIZABETH SALAZAR - Jornalista e consultora da organização civil Derecho, Ambiente y Recursos Naturales — DAR, do Peru.  
EDMAR DA CUNHA RAIMUNDO - Gerente do Departamento de Energia Elétrica do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES.  
ANTÔNIA MELO - Coordenadora do Movimento Xingu Vivo para Sempre — MXVPS.  
BRENT MILLIKAN - Diretor do Programa Amazônia, da International Rivers - Brasil.  
DANICLEY SARAIVA DE AGUIAR — Representante do Greenpeace Brasil.  
ROGÉRIO PAULO HOHN - Membro da Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens — MAB.  
IVO POLETTO - Assessor do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social — FMCJS e membro da coordenação da Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil.  
KAMYLA BORGES - Coordenadora da Área de Energia e Clima, do Instituto de Energia e Ambiente — IEMA.  
SÉRGIO HENRIQUE GUIMARÃES - Membro do Conselho Diretor do Instituto Centro de Vida — ICV e Coordenador do GT Infraestrutura.

SUMÁRIO

Seminário *Hidrelétricas na Amazônia, Conflitos Socioambientais e Caminhos Alternativos* (2ª parte).

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.  
Há oradores não identificados.  
Houve intervenções ininteligíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Boa tarde a todos e a todas.

Cumprimento os nossos convidados, as populações indígenas presentes, os representantes da sociedade civil que nos prestigiam neste seminário. Renovo aqui os agradecimentos feitos pelo Deputado Nilto Tatto, nosso Presidente e autor do requerimento para a realização deste seminário.

Esta segunda Mesa trata da responsabilidade socioambiental de agentes financeiros e vai nos ajudar a refletir sobre o tema.

Convido o Sr. Philip Fearnside, professor e pesquisador do INPA — Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. (*Palmas*). Muito obrigado pela presença.

Convido o Sr. Caio Borges, advogado e representante da Organização Conectas Direitos Humanos. (*Palmas*). Obrigado pela presença.

Convido o Sr. Ricardo Pérez Bailón, representante da DAR — Direito, Ambiente e Recursos Naturais. (*Palmas*). Muito obrigado pela presença. Trata-se de uma organização sediada no Peru. Informo que o Sr. Ricardo vai dividir o tempo da sua exposição com a jornalista Elizabeth Salazar.

Convido o Sr. Edmar da Cunha Raimundo, Gerente do Departamento de Energia Elétrica do BNDES — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. (*Palmas*). Muito obrigado pela presença.

Repasso aos nossos ilustres convidados, que muito nos honram com a presença, a informação de que nós vamos dispor de um tempo de 10 minutos para as apresentações. É claro que esse tempo não é improrrogável. Se precisarem de um pouco mais de tempo, podemos flexibilizar. Mas pedimos a todos que procurem fazer sua exposição dentro do tempo, até porque depois o debate segue.

Muitas entidades vieram de muito longe para participar da reunião. Acho que isso enriquece o debate. No decorrer do seminário, as respostas podem ser tão esclarecedoras quanto as exposições feitas.

Passo a palavra ao Prof. Philip, que fará a sua apresentação.

Muito obrigado.

**O SR. PHILIP FEARNSIDE** - Esta sessão trata da responsabilidade dos bancos, como o BNDES, com relação a esses projetos.

Eu sou Philip Fearnside, do INPA — Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, de Manaus.



*(Segue-se exibição de imagens.)*

Antes de mais nada, quero fazer a propaganda deste *site*, que tem muito mais informações sobre esses projetos e seus problemas, inclusive sobre Belo Monte. Realmente, por ter o BNDES financiado 80% desta obra, deve-se ter mais responsabilidade socioambiental. Há muito mais informações no *site*, não só sobre os meus trabalhos. Sobre Belo Monte, há mais de 40 mil páginas de informações.

É importante dizer de onde vem o meu dinheiro. A fonte é toda acadêmica. Não há participação de nenhuma empresa de hidrelétrica. Aproveito a oportunidade para fazer a propaganda deste livro, que pode ser conseguido de graça neste *site*. São dois volumes, traduzidos para o português, com um monte de trabalhos sobre diferentes barragens, inclusive Belo Monte.

Muito tem sido falado aqui sobre os impactos de Belo Monte. Mesmo sem a barragem, na época de alta, a água praticamente entra na cidade de Altamira. Aumentando-se o nível com o lago, um quarto da cidade foi condenado. Houve todo o drama da demolição dessas casas. Isso foi muito bem contado pela Sra. Antônia Melo. Os problemas foram divulgados muito pouco na imprensa brasileira.

Há também a situação da população de ribeirinhos na área do lago. Eles foram removidos à força e colocados em áreas longe do rio, com um monte de problemas.

Recomendo a leitura deste relatório da SBPC — Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, liderado pela Sra. Sônia Magalhães, de Belém, que foi publicado na semana passada. Há muitas informações lá.

Há uma coisa diferente de outras barragens: na Volta Grande do Xingu, há um trecho de vazão reduzida de 100 quilômetros, conhecido como “trecho seco”, que tem problema de pouca água. Lá 80% da água é desviada para o lago, o que deixa esse trecho com muito pouca água. Isso inclui duas terras indígenas e um afluente, o Bacajá. Esses problemas foram mais bem explicados pelas outras pessoas aqui.

O mais importante é a decisão sobre as obras. É claro que dá para pontuar muitas coisas que podem ser feitas de melhor forma, como, por exemplo, os reassentamentos. Mas esses são detalhes, se comparados com a decisão de se fazer a obra ou não — este é o grande problema.



O “elefante na sala” são as obras acima de Belo Monte, rio acima. Vamos explicar tudo aqui. Este é o plano antes do atual. Vê-se Belo Monte, mas, 11 quilômetros acima de Altamira, há também o plano para a Barragem Babaquara, que teve o nome oficialmente mudado para Barragem de Altamira. Esta é uma barragem enorme, que tem o dobro das Usinas de Balbina ou de Tucuruí. São 6.140 quilômetros quadrados, de acordo com o plano original, segundo o qual haveria seis barragens na Bacia do Xingu, quase tudo nas áreas indígenas — são essas áreas azuis. Obviamente, em termos de conflitos socioambientais, não há nada igual.

Este primeiro também é quase todo em área indígena.

Há enormes impactos ambientais, como o efeito estufa. Os senhores podem procurar os meus trabalhos sobre isso no *site*. Há também explicações sobre os conflitos indígenas e tudo sobre a floresta tropical.

A questão é saber se realmente isso vai ser feito. A lógica é clara: temos Belo Monte com pouquíssima água. Trata-se de uma reserva relativamente pequena, mas com uma enorme queda para gerar energia. São 11 mil megawatts de capacidade instalada na Casa de Força Principal e 233 megawatts na Casa de Força Complementar.

As turbinas são sempre a parte mais cara da hidrelétrica. O rio não tem água suficiente para justificar esses 11 mil megawatts. Portanto, trata-se de uma coisa que não é economicamente viável com o clima de hoje, muito menos com o clima que virá com as mudanças climáticas. Para melhorar essa situação, deveria haver água armazenada rio acima, para rodar as turbinas durante a época seca.

Oficialmente, desde 2008, é para haver apenas uma hidrelétrica no Rio Xingu. Trata-se de uma decisão do Conselho Nacional de Política Energética, que atualmente é composto por 14 Ministros. Essa composição muda de acordo com cada Presidente. Hoje o Conselho é composto de pessoas diferentes das que estavam lá em 2008. Eles podem mudar de opinião na hora em que quiserem. Podem dizer: *“Agora descobrimos que precisamos da barragem”*. Então, não é uma situação segura.

Há vários indícios de que esse seja o plano. Desde 2013, há mudanças nos discursos sobre esse setor. Durante mais de 20 anos, a prioridade tem sido barragens a fio d’água, como a do Rio Madeira, a de Belo Monte, etc. Em 2013,



houve um discurso da Presidente querendo usinas com grandes reservatórios. É claro que o lugar que tem grandes planos para esse tipo de barragem fica acima de Belo Monte. No atual Governo, em setembro deste ano, o Presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL falou a mesma coisa: *“Retornam as hidrelétricas com grandes reservatórios”*. Então, esse poderia ser um codinome para Babaquara.

Vê-se a lógica pela quantidade de água no Rio Xingu. Há vários meses em que o rio fica quase sem água. Trata-se de um dos rios que mais tem variação na quantidade de água. Durante 3 meses, ele não tem água suficiente para fazer funcionar sequer uma das 20 turbinas da grande usina. Além disso, há outros meses em que poucas funcionam. Então, é muito difícil se justificar.

Este livrinho é da CSF Brasil. Ouvimos esse grupo, representado pela Sra. Camila, falar sobre o Tapajós ontem. Num relatório sobre Belo Monte, calculou-se que esta é probabilidade de Belo Monte ser lucrativa. O restante representa a probabilidade de se perder dinheiro com a Belo Monte. Mesmo com a Babaquara, não é maravilhoso, mas é muito melhor.

Todas essas informações levam em consideração o clima atual. Com as mudanças climáticas, tudo muda radicalmente.

Esse relatório da Secretaria de Assuntos Estratégicos foi reprimido. Os autores foram demitidos em março de 2015. Por que é que a Presidente tinha tanto medo dessas informações?

Esses são os autores que foram demitidos. Por aqui, percebe-se que toda a parte leste da Amazônia fica muito mais seca. Estes são o Rio Xingu, o Rio Tapajós e o Rio Tocantins, lugares com mais hidrelétricas planejadas.

Calculando-se isso para as diferentes usinas, com diferentes sinais climáticos, eles perdem muito da capacidade. Belo Monte perde entre 30% e 50% da produção de energia — isso é até 2040, que não está tão longe. Os outros também estão perdendo mais ou menos na mesma faixa.

Estes cenários são uma concordância entre os modelos. Esse estudo, por exemplo, mostra 14 diferentes modelos de clima. Estes símbolos indicam a concordância entre os modelos, que mostram a Amazônia muito mais seca. Portanto, não é coisa de um só modelo de clima.



Nos últimos anos, tivemos muitos avanços na modelagem de clima, sobretudo sobre o super El Niño. Há tempos, sabemos quanto vai mudar a temperatura média, etc., mas saber sobre esse fenômeno é algo mais complicado. Vamos ter mais o super El Niño. Isso é justamente o que afeta essas barragens.

Além da mudança climática com o aquecimento global, também há os efeitos do desmatamento. Esse estudo publicado em 2013 na revista *PNAS*, uma das mais prestigiadas do mundo, mostra os efeitos de diferentes sinais de desmatamento na área. Vê-se que houve grandes quedas na quantidade de energia que Belo Monte iria produzir.

Conclui-se que os cenários de desmatamento examinados podem reduzir a geração de energia do complexo hidrelétrico de Belo Monte em 38% das estimativas da própria indústria, além do que vai perder com o aquecimento global, que é entre 35% e 50%. Então, é uma coisa catastrófica em termos de produção.

Isso obviamente dá um grande motivo para o BNDES aprovar qualquer uma dessas obras. Eles financiaram 80% de Belo Monte. Se houver falência, eles não vão ganhar nada. Então, há um motivo forte para eles esquecerem a parte socioambiental.

Além disso, nós temos várias outras ameaças. Essas PECs e projetos de lei mencionados, basicamente, acabam com o licenciamento ambiental no Brasil. Isso iria abrir o caminho para essas outras obras com grandes impactos socioambientais.

Nós temos que ver como segue o futuro. Temos que saber se essa responsabilidade vai nascer dentro do BNDES, se vai ser uma coisa controlada pelo IBAMA ou, como o Sr. Felício Pontes falou hoje de manhã, se realmente não vai haver obra, mas sim consulta, etc., pela via jurídica. De qualquer forma, trata-se de uma situação extremamente perigosa. Muito se fala sobre Belo Monte, mas ninguém está falando dessas outras barragens rio acima.

Então, para finalizar, relembro o plano de 2010. Foi a única vez em que o Governo liberou o plano inteiro — não só o que vai haver em 10 anos, com o plano decenal; ou em 20 anos, com outros planos.

Naquela época, havia 79 grandes hidrelétricas na Amazônia Legal inundando 10 milhões de hectares. Mudam os detalhes, mudam posições de barragens, etc., mas há enormes impactos. Do Rio Madeira para o leste, todos os rios são



convertidos em cadeias contínuas de lagos, com um lago depois do outro. Isso causa enormes impactos, com a emissão de gás de efeito estufa, com o fim dos peixes, etc.

Além disso, é importante lembrar que toda a população tradicional da Amazônia — povos indígenas e ribeirinhos — vive na beira do rio e depende do rio para tudo. Dessa forma, estão acabando com toda a população tradicional de dois terços da Amazônia Legal. Esse é um dado extremamente importante do ponto de vista socioambiental.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Prof. Philip.

Informo aos nossos convidados e àqueles que assistem à reunião pela Internet que o material da exposição do Prof. Philip estará à disposição no *site* da Comissão de Meio Ambiente para todos aqueles que quiserem se aprofundar um pouco mais no tema. Eu sei que há muita coisa. Já ouvimos outras explicações do Prof. Philip e sabemos que há muita coisa interessante sobre os estudos dos impactos em decorrência das hidrelétricas.

Passo a palavra ao Dr. Caio Borges, advogado e representante da Conectas.

**O SR. CAIO BORGES** - Obrigado, Deputado Arnaldo Jordy.

Em nome da Conectas, eu queria agradecer também às demais instituições que organizaram este evento, que está sendo bastante interessante.

Eu queria aproveitar a exposição do professor, na qual ele falou, de maneira mais ampla, sobre os impactos que Belo Monte pode causar sobre as comunidades tradicionais e sobre o meio ambiente.

Esta Mesa vai discutir um pouco o papel dos agentes financeiros, que é um tema um pouco complexo. A primeira pergunta que se faz é: poderia uma instituição financeira — principalmente sendo uma instituição financeira pública — financiar um projeto que vai trazer graves impactos socioambientais e violações de direitos humanos? Mesmo que fosse vencida essa pergunta sobre poder ou não financiar, eu perguntaria: uma vez que o projeto já esteja em implementação, quais são as responsabilidades e quais medidas um banco pode tomar, dado que já existe toda uma constelação de agentes públicos que também são responsáveis pela fiscalização e pelo monitoramento do cumprimento das condicionantes ambientais?



Separar um pouco essas responsabilidades entre o agente que financia, o empreendedor da obra e os órgãos públicos que fiscalizam a obra é realmente uma tarefa muito complexa. No entanto, isso não deve ser um obstáculo para que se afirme, de maneira muito categórica, que existem, sim, responsabilidades que a instituição financeira tem que cumprir. E é nisso exatamente que eu vou trabalhar nesta minha breve fala.

Em primeiro lugar, pegando pelo lado jurídico, uma instituição financeira obviamente tem que observar todos os parâmetros da lei brasileira aplicável. Por exemplo, a Política Nacional do Meio Ambiente estabelece o princípio do poluidor-pagador. Ou seja, todos aqueles que de alguma maneira contribuem para um impacto podem de alguma forma ser responsabilizados por aquele impacto na medida de sua contribuição.

Isso significa que, se um banco emprestar um dinheiro para uma empresa que cometeu aquele impacto, ele pode de alguma maneira responder por aquilo, dentro do princípio do poluidor-pagador, porque ele está na cadeia de causalidade daquele evento. Então essa é uma grande norma jurídica que nós conseguimos extrair do ordenamento jurídico brasileiro.

Só que a grande dificuldade é que essa norma se aplica principalmente a danos ambientais. O que fazer, por exemplo, quando há outros impactos, como violações a direitos humanos? Nós estamos aqui falando de pessoas que perdem a sua fonte de subsistência. Nós estamos aqui falando de reassentamentos que não respeitam o mínimo dos parâmetros internacionais. Nós estamos aqui falando de sérias privações, da falta de consulta a povos tradicionais e a povos indígenas.

Qual seria então a responsabilidade de uma instituição financeira? Aí é que realmente a coisa começa a ficar um pouco mais complexa. Em relação ao princípio do poluidor-pagador, atualmente ele está muito voltado, digamos assim, aos impactos ambientais *stricto sensu*. Quando se entra nessas outras violações, é preciso estudar um pouco mais, pois na verdade esse é um campo que está em atual expansão.

No Brasil existe também legislação específica que direciona obrigações aos bancos. Por exemplo, a Lei de Biossegurança requer que os bancos exijam do cliente alguns certificados para que ele se certifique de que não está havendo





alguma violação à Lei de Biossegurança. Então a legislação específica também contém diretrizes, mas, de novo, não cobre todo o universo de impactos dos quais nós estamos falando aqui desde hoje cedo.

Quando nós olhamos de novo dentro do marco jurídico brasileiro, eu diria que a principal normativa que existe atualmente é a Resolução nº 4.327, de 2014, editada pelo Banco Central, que exigiu que todas as instituições financeiras que operam no Brasil criassem uma política socioambiental.

No caso de alguns Banco, como o Banco Nacional do Desenvolvimento — BNDES, por exemplo, que já tinha uma política socioambiental, eles teriam que rever essa política. Além disso, essa resolução também exigiu que os bancos criassem controles internos e órgãos de governança para garantir que aquela política socioambiental efetivamente fosse cumprida.

Por fim, essa resolução requer dos bancos a elaboração de um plano de ação que é levado ao Banco Central. Essa norma está em vigor desde 2014 e, desde que ela foi editada, viu-se na verdade uma grande movimentação no Sistema Financeiro Nacional para se estar compatível com essa norma e para atualizar suas políticas socioambientais, inclusive, a do BNDES.

Depois disso, a própria FEBRABAN — Federação Brasileira de Bancos também emitiu uma diretiva que esclarece um pouco melhor essa regulação que tinha sido baixada pelo Banco Central, pelo Conselho Monetário Nacional, lá em 2014.

A nossa crítica em relação à diretiva do Banco Central, que já é pública, é que ela contém muito pouco de mérito, de substância. Ela basicamente cria essa obrigação genérica sobre uma política socioambiental, mas não contém exatamente quais são os requisitos que um banco deveria olhar.

Por exemplo, não há um requisito de consulta livre prévia informada. Não há ali nada, digamos, substancial. É muito mais procedimental. Então, no fim, a dificuldade é você avaliar se os bancos melhoraram ou não o seu desempenho socioambiental, porque não há muito o que avaliar, já a própria norma não traz esses indicadores, essas diretrizes.

Olhando agora o âmbito internacional, o setor financeiro já contém uma série de regulamentações. Então, principalmente o movimento que vem lá de trás de



Banco de países desenvolvidos que financiavam projetos, como hidrelétricas, rodovias e outros projetos de alto impacto nos países em desenvolvimento, eles próprios já começaram, lá atrás, a discutir uma série de diretrizes para que eles possam, digamos assim, ter uma noção do que fazer diante de um projeto que inevitavelmente vai gerar impacto. Essas regulamentações internacionais existem tanto no âmbito da ONU, quanto no âmbito da OCDE. E, como eu falei disse há pouco, os próprios bancos privados têm uma iniciativa que se chama *Os Princípios do Equador*, do qual alguns bancos brasileiros são signatários.

Em linhas gerais, o que dizem essas diretrizes? Eu escolhi só algumas principais. Todo banco deveria prestar atenção em três questões básicas. Em primeiro lugar, tem que haver uma política de direitos humanos que não deve ser seletiva. Quando nós olhamos um projeto, por exemplo, com o de Belo Monte, os impactos sobre os direitos humanos são muito vastos: direito à moradia, à saúde, direitos econômicos. Então, a política de direitos humanos é o que vai guiar esse Banco para que ele tenha uma noção em quais direitos ele vai ter que prestar atenção quando estiver diante de um projeto que pode gerar impacto.

Em segundo lugar, existe uma ferramenta que se chama “devida diligência”. Ou seja, o Banco deve ter procedimentos internos para avaliar aqueles impactos. E aqui vemos a grande mudança. Hoje, não só os bancos como quaisquer outras empresas avaliam muitos os riscos dos projetos que elas têm com base em olhar muito para dentro. Na verdade, essa avaliação de risco não deve ser para saber o risco que o Banco vai sofrer, como o risco de imagem, o risco de reputação, e sim o risco e o impacto concreto que aquele financiamento pode gerar sobre a vida das comunidades que podem ser impactadas por essas obras.

Por fim, o terceiro requisito universal é que, uma vez ocorrido algum impacto, tem que haver mecanismo de reparação. E esses mecanismos de reparação têm que ser acessíveis, têm que ser previsíveis e imparciais.

Um trabalho sobre o qual nós temos dialogado bastante com o BNDES, por exemplo, é que a ouvidoria do BNDES, apesar de ser um canal de diálogo com a sociedade, hoje não atende a desses parâmetros internacionais. Então a ouvidoria do BNDES hoje não tem estrutura para resolver conflitos socioambientais como os gerados por um impacto como o de Belo Monte.



É lógico que nós não estamos dizendo aqui que o Judiciário e outras alternativas não devam ser buscadas. Digamos que essa é mais uma ferramenta à disposição.

Vamos sair um pouco dessa discussão mais abstrata e passar para o caso concreto. Vou trazer aqui o caso do BNDES. Por que trazer um caso do BNDES? Na verdade, não se trata de uma escolha arbitrária. Falar sobre o BNDES quando se está falando sobre a responsabilidade dos bancos é por um motivo muito objetivo. O BNDES hoje tem uma participação muito significativa em todos os grandes projetos de infraestrutura que, de alguma maneira, geram impactos socioambientais. Além disso, o volume de desembolsos do BNDES também é muito significativo, mesmo quando você o compara, por exemplo, com o do Banco Mundial. Quando se observa, nos últimos 4 anos, de 2011 a 2015, o BNDES desembolsou 54 bilhões para infraestrutura; já o Banco Mundial, na mesma época, desembolsou 48 bilhões para energia e mineração. Significa dizer que o BNDES tem uma capacidade econômica hoje inclusive muito maior do que a do Banco Mundial. Os desembolsos somados do BNDES, nos últimos 4 anos, superam 800 bilhões, enquanto os do Banco Mundial somam exatamente a metade desse valor.

De fato, o BNDES é uma instituição importante quando se discute responsabilidade de instituições financeiras por esses critérios objetivos, além de qualquer critério, digamos assim, político de escolher ou não o BNDES, por essa ou por qualquer outra razão.

Um fator também pouco trazido para discussão diz respeito à participação do BNDES nas empresas que também fazem esses projetos.

Trouxe aqui esse gráfico, extraído do relatório anual do BNDES, que mostra que 16% dos recursos do BNDESPAR — BNDES Participações S/A foram investidos em energia elétrica.

Trago mais uma vez um estudo de caso do BNDES. Entre 2014 e 2015, a sociedade civil teve um canal de diálogo com o BNDES numa iniciativa chamada Fórum de Diálogo. Nesse fórum foram discutidos quatro temas: transparência, política socioambiental, política social e investimentos no exterior. Foram reuniões muito interessantes com alto compromisso da Diretoria e da Presidência do Banco nesse período.



Eu queria trazer para vocês um balanço do que funcionou, do que avançou e do que não avançou em relação a esse diálogo.

Em relação aos avanços, sem dúvida, de 2014 para cá, o BNDES divulga mais informações sobre seus financiamentos, sobre as operações, por exemplo, fora do Brasil. Só que ainda falta uma maior divulgação e transparência em relação às questões socioambientais. Uma vez que o Banco faz uma avaliação interna de impacto socioambiental, essa informação deveria estar disponível. E a transparência ativa do BNDES em relação a essas informações ainda não é a desejável.

Outro avanço foram algumas modificações que o BNDES fez na sua própria política socioambiental. Por exemplo, eles adicionaram um capítulo sobre investimento no exterior com alguns requisitos de avaliação ambiental. Mas, como eu disse, permanecem alguns desafios.

O primeiro desafio é a dificuldade, exatamente como eu mencionei no início da apresentação, de o BNDES conseguir entender sua responsabilidade em relação à responsabilidade de outros órgãos.

Muito frequentemente durante os encontros, o argumento usado era: *“Isso aqui é invadir a competência do IBAMA”*. *“Isso aqui é invadir a competência da FUNAI”*.

Na verdade — eu queria até fazer uma propaganda agora também —, a sociedade civil e algumas organizações fizeram uma obra coletiva, que se chama *Política Socioambiental do BNDES: Presente e Futuro*. Este livro é muito interessante porque é uma coletânea de artigos que vão exatamente tentar enfrentar esse problema.

É lógico que existem falhas no licenciamento ambiental. Nós discutimos isso pela manhã. É lógico que o IBAMA, muitas vezes, não consegue exercer o papel que era esperado. Mas isso significa que o BNDES também não tem a responsabilidade de ele próprio averiguar as informações?

Aí vem a segunda crítica: ainda permanece no BNDES uma visão muito formalista, digamos assim, de que, uma vez que haja o licenciamento e que aquela licença esteja válida, isso é suficiente para conceder ou não o financiamento — estaria desobrigado a verificar —, quando existem indícios mais do que concretos e ações judiciais de que os impactos estão ocorrendo.



Então, diante de uma situação concreta como essa, não caberia ao BNDES tomar medidas para, enfim, trabalhar junto aos outros órgãos do Governo de maneira a mitigar esses impactos? Essa é a grande questão que se põe nessa discussão.

Por fim, alguns direitos fundamentais que sofrem muitos impactos e são violados nesse projeto não aparecem de maneira alguma nas políticas socioambientais do Banco, como, por exemplo, o direito à consulta livre, prévia e informada.

Se eu estiver enganado, eu peço até que me corrijam, mas, olhando toda a documentação do BNDES, desde os questionários para consultas iniciais dos projetos a políticas socioambientais, não há menção significativa de que o BNDES vá efetivamente exigir do cliente que ele tenha realizado a consulta.

E aqui um ponto final para colocar no debate. Não é, de novo, confundir as competências dos bancos com as competências dos órgãos licenciadores com as atribuições e as responsabilidades dos empreendedores. Trata-se de o Banco entender que ele se encontra numa posição única de exigir o cumprimento desses requisitos. E o Banco enxergar isso é a única forma de ele começar a entender quais medidas pode tomar para exigir o cumprimento dos direitos.

Então, de novo, não é uma questão de invadir a competência, de se colocar no lugar da fiscalização do IBAMA ou da FUNAI, de forma alguma. É só uma questão de entender que, como elo da cadeia principal pelo fato de ser um dos principais financiadores, ele tem uma responsabilidade de averiguar e de criar políticas internas.

Então, existe um espaço muito grande ainda para aperfeiçoar essas políticas internas. Eu queria dar o exemplo das guias setoriais. O BNDES tem algumas guias para setores específicos como termelétrica e bioetanol. E agora ele tem uma guia sobre mineração. Seria o caso, por exemplo, de se criar uma guia setorial específica sobre hidrelétrica e infraestrutura e um processo participativo que possa considerar esses riscos.

Esses são exemplos de medidas que o Banco pode tomar independentemente de todos os desafios que existem, de retrocessos e de responsabilidades de outras agências.



Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Dr. Caio.

Eu passo a palavra imediatamente ao Sr. Ricardo Pérez Bailón, representante da organização civil Derecho, Ambiente y Recursos Naturales — DAR, sediada no Peru, que vai dividir o seu tempo com a jornalista Elizabeth Salazar.

Para eu não ficar fazendo o papel de chato, que é inerente a quem coordena a Mesa, há um orientador do tempo para os senhores poderem se balizar.

**O SR. RICARDO PÉREZ BAILÓN** - (*Manifestação em espanhol.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Este evento, como todos sabem, está sendo transmitido ao vivo pela Internet.

Com o nosso portunhol, conseguimos nos familiarizar com o que os senhores estão dizendo. Mas eu pediria um pouco de pausa em algumas expressões, porque, senão, não conseguiremos acompanhar. Obrigado.

**A SRA. ELIZABETH SALAZAR** - (*Manifestação em espanhol.*) (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Sra. Elizabeth Salazar. Eu devolvo a palavra ao Sr. Ricardo Pérez Bailón.

**O SR. RICARDO PEREZ BAILÓN** - (*Manifestação em espanhol.*) (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Muito obrigado, Dr. Ricardo.

Passo a palavra ao Dr. Edmar da Cunha Raimundo, Gerente do Departamento de Energia Elétrica do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES.

**O SR. EDMAR DA CUNHA RAIMUNDO** - Boa tarde aos presentes. Eu trabalho na área de energia da BNDES, área que analisa os projetos de geração, transmissão e distribuição de energia.

Estão presentes dois colegas: a Paula Barreto, que é da área de meio ambiente, e o Jonathan, advogado que participa das equipes de análise das operações de financiamento do segmento de energia.

Gostaria de agradecer o convite e a oportunidade de participar deste evento. Parabenizo a Comissão de Meio Ambiente da Câmara por abrir esta discussão.

Vou falar rapidamente sobre o que o Banco pensa em relação à responsabilidade socioambiental. Em uma visão mais pragmática, vou falar sobre o que o Banco tem feito nas suas operações de financiamento, no seu processo de



concessão de apoio financeiro, e o que o Banco tem feito em termos de responsabilidade socioambiental para evitar que projetos causem impactos ambientais.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Eu diria que todos os projetos, principalmente na área de energia, causam impactos socioambientais. Portanto, nossa explanação será sobre o que o Banco faz para se certificar de que esses impactos sejam minimizados e o que será feito para que se compensem esses eventuais impactos, quando ocorrem.

Como eu disse, eu vou falar sobre a visão do Banco. A visão do Banco é que a responsabilidade ambiental não é algo que surgiu agora, que surgiu do nada. Na década de 80, o BNDES já tinha uma política de sustentabilidade ambiental e foi criado um Departamento de Meio Ambiente.

De lá para cá, muita coisa aconteceu e vem acontecendo.

Em 2009, ou em 2010, o Banco reformulou a sua política de responsabilidade socioambiental, incorporou às suas práticas ligadas ao processo de apoio financeiro uma série de critérios, uma série de procedimentos, e começou a incorporar esse fator ambiental nos seus processos e na sua política, conferindo um peso maior à responsabilidade socioambiental.

Em 2014, houve uma reformulação nessas políticas. Por exemplo, o BNDES introduziu o conceito de gestão de risco — até mesmo para atender as exigências do Conselho Monetário Nacional, a Resolução nº 4.327, que já foi citada aqui. E essa resolução já veio ao encontro da forma como o Banco vinha adotando a responsabilidade socioambiental.

Essa visão, portanto, continua evoluindo e vai evoluir ainda mais. Para isso, o que tem que ser feito é discutir, ouvir e, na medida do possível, incorporar sugestões às nossas práticas.

A responsabilidade socioambiental é parte tanto da missão, quanto da visão e dos valores do BNDES.

Neste eslaide apresento um conjunto de princípios que rege a política do BNDES no tocante à responsabilidade socioambiental. Dentre os princípios listamos a promoção do desenvolvimento de uma concepção integrada. Trata-se de uma



forma mais abrangente de ver o desenvolvimento, uma forma mais completa de associar o desenvolvimento econômico efetivamente ao desenvolvimento social.

Há também a questão do respeito aos direitos humanos e o repúdio a qualquer tipo de discriminação.

Quanto à transparência, como já citado, o Banco vem aumentando o seu grau de transparência. O Caio falou sobre esse tema na sua apresentação. O Banco vem melhorando e pretende ainda aperfeiçoar a forma como se expõe, a forma como ele se comunica com o público.

Portanto, a atuação do BNDES está alinhada às normas e às políticas públicas brasileiras, como não poderia deixar de ser, até porque é um banco público.

Essas são diretrizes que fazem parte dessa política de responsabilidade socioambiental, que vão desde a questão de transparência, como já foi dito, passando pela troca de experiências, desenvolvimento de parcerias com outras instituições, disseminação da cultura de responsabilidade socioambiental.

Enfim, é um conjunto de diretrizes que está dando ao Banco um norte no que diz respeito a se desenvolver, a se aproximar mais do público brasileiro e — aproveitando a presença aqui do Ricardo Perez — também de todo o público que de alguma forma seja afetado pelas operações do BNDES, como o caso da exportação de bens e serviços para o Peru.

Esse conjunto de diretrizes é voltado não só para a atuação hoje do Banco como também para a criação, para o desenvolvimento de um plano plurianual, com uma visão de futuro. Esse plano é voltado para os processos no Banco, para os seus produtos com foco no desenvolvimento social, como a linha de financiamento de investimentos sociais de empresas. Há diálogo, prestação de contas e, como já falamos aqui, transparência.

Então, esse conjunto de frentes é que vai dar ao Banco um norte. Como eu falei, isso é só para mostrar o peso que a responsabilidade socioambiental tem dentro do BNDES. É um discurso mais institucional, mas é verdadeiro.

Eu agora vou mostrar algumas medidas que são tomadas com relação ao cuidado com o crédito no processo de apoio financeiro. A primeira é a restrição a qualquer intervenção no sítio da obra sem emissão da licença de instalação.





Falou-se aqui em definição não muito clara o seguinte: *“Até onde deve ir a atribuição do Banco no que diz respeito à intervenção em projetos que estejam recebendo seu apoio?”*

Hoje o Banco, ao longo de todo o seu processo de apoio, que envolve várias etapas, identifica quais são os pontos críticos, quais são as questões mais sensíveis e, com base nos pareceres do IBAMA, da FUNAI e de todas as instituições que têm as suas devidas atribuições, faz a sua análise socioambiental. Como ultrapassar essa atribuição é uma questão que já vem sendo discutida no Banco há algum tempo, e não é simples. O Banco não tem biólogos, sociólogos e geólogos nos seus quadros. Então, devemos saber exatamente até onde o Banco pode ir nessa análise, até onde o Banco deve ir. Não é algo trivial.

Além disso, o Banco financia todos os investimentos previstos no licenciamento ambiental, no PBA — Plano Básico Ambiental

Até por questão de gestão de risco ambiental e por esses investimentos estarem sendo financiados, há um acompanhamento muito próximo da execução.

Temos aqui o caso específico de Belo Monte. O Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu — PDRSX é um programa do Governo Federal que prevê o apoio a uma série de projetos que sejam identificados como prioritários na região. Para isso, existe um comitê gestor composto por membro do Governo Federal, do Governo Estadual, dos Governos Municipais e de instituições da sociedade civil. Então, esse conselho gestor identifica quais projetos na região do Xingu vão ser apoiados.

Em termos de recursos, por enquanto, o programa só conta com 500 milhões da empresa, da concessionária que está implantando Belo Monte, que é a Norte Energia, e ele está sendo financiado também pelo BNDES.

O Banco financiou também a elaboração de um estudo, uma agenda de desenvolvimento para o território, que vai servir como uma espécie de plano de trabalho para o comitê gestor. Essa agenda permite identificar investimentos prioritários na região, em função das vocações locais e das potencialidades da região.

Além do financiamento dos investimentos socioambientais obrigatórios, compulsórios — por conta do licenciamento ambiental —, o Banco não só financia



empresas como as induz de alguma forma a efetuar investimentos adicionais, além dos que são previstos no licenciamento ambiental, e para isso disponibiliza recursos ao custo de TJLP — Taxa de Juros de Longo Prazo mais 0%. Isso quer dizer que o Banco não ganha nada com isso; ele repassa o recurso ao custo de captação.

Na etapa inicial do projeto, como foi o caso de Belo Monte e alguns outros empreendimentos, como o do Madeira também, equipes do BNDES vão à região para tentar fazer um trabalho de fomento, de estímulo: passam informações a pequenas e médias empresas para que elas tenham condições de se qualificar como fornecedoras dos construtores do projeto.

O investimento socioambiental, como qualquer outro, está sujeito a sobrecustos. Nos contratos do Banco está prevista a obrigação de a empresa financiada efetuar qualquer investimento necessário adicional com recursos próprios, o que garante a efetividade daqueles investimentos previstos, daqueles condicionantes que estão sendo implantados.

Temos aqui, no último eslaide, a fase de acompanhamento do apoio financeiro do Banco, em que se faz um acompanhamento físico de todos os investimentos e intervenções que estão sendo feitas, para ver se estão de acordo com o previsto, para ver se os recursos estão sendo bem aplicados.

Além disso, para cada desembolso do Banco, a empresa tem que estar regular do ponto de vista ambiental. Então, as licenças ambientais têm que estar todas válidas. Sem isso, o desembolso é cortado e, no limite, eventualmente, se um projeto tiver a sua licença cassada, ele pode até ter até o vencimento da operação de financiamento decretado antecipadamente.

Era isso o que eu queria passar: a visão institucional do Banco, sua responsabilidade socioambiental e algumas medidas práticas adotadas no dia a dia e voltadas para que o Banco tenha a convicção de que todos os investimentos sociais previstos no licenciamento ambiental estão sendo executados.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Edmar.

Alguém tem alguma pergunta ou alguma colocação a fazer? Acho que temos entre 30 e 40 minutos para o debate. Quem quiser falar, diga o nome, qual é a instituição e de onde é.



**O SR. IREMAR** - Eu sou Iremar, do Rio Madeira.

Quero me dirigir ao Sr. Edmar, do BNDES. Eu venho lá do Rio Madeira, de onde o senhor acabou de mencionar alguns detalhes. Nós sabemos que a Política de Responsabilidade Social e Ambiental — PRSA do BNDES foi criada para tentar dar conta das demandas oriundas desses projetos. Eu acho que a primeira pergunta já começa por aí: essa política de responsabilidade é suficiente? Por que eu digo isso? Lá no Rio Madeira, se fôssemos levar em conta essa Política de Responsabilidade Social e Ambiental, creio que já deveria ter sido suspenso todo e qualquer financiamento para aquelas obras. *(Palmas.)*

E aí eu vou me ater às condicionantes, porque se exige um contrato entre as empresas e o Banco para que haja a liberação. No contrato, portanto, existem regras básicas. Inclusive, trata-se de um contrato em que se trabalha muito com o tema da regularidade ambiental. Nós também colocamos o social dentro desse pacote, porque não distinguimos ambiental de social. Essas coisas são interligadas. Remanejam-se pessoas também, pois há gente onde haverá uma obra. O ambiente se movimenta em função de um projeto de infraestrutura.

No caso do Rio Madeira, no local das obras, não há peixe, e as pessoas foram arrancadas do seu lugar. A maioria das pessoas não foram reassentadas como deveriam. Nós temos milhares de ações judiciais contra as empresas por não cumprimento dos acordos no processo, sejam de indenização ou de compensação, principalmente no caso de indenização direta às pessoas e de ações de compensações e mitigação. Temos um caos lá no Rio Madeira, mas eles já estão concluindo as obras e recebendo.

Como é que vocês avaliam a execução desses contratos, para garantir se estão agindo de forma regular no quesito ambiental, considerando a situação atual do povo? Como podem eles ainda se beneficiar dos recursos e continuar a recebê-los? Nem o hospital, que está no acordo inicial, foi construído até hoje; apenas se reformou e melhorou um pouquinho o João Paulo II.

Então, não se cumpre aquilo que foi dito que era para melhorar as condições regionais, para alavancar a economia regional, para atrair investimentos. O que nós temos lá no Rio Madeira agora? As empresas estão indo embora atrás de outros



canteiros de obras, restando lá apenas os buracos, com inundação em cima de inundação.

Em 2014, levou-se o pouco do que ainda havia sobrado de obras de compensação para o que foi alagado e que veio abaixo. Escolas, centros comunitários, tudo isso foi inundado em 2014. E há uma outra escola na iminência de ser alagada em 2017.

Então, o Rio Madeira não é referência para se dizer que a política de regularidade ambiental do BNDES foi cumprida. Lamento dizer isso. Nós estamos lá e não existe nada disso.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Iremar.

Concedo a palavra à Antônia e, depois, ao Giliarde Juruna.

**A SRA. ANTÔNIA MELO** - Boa tarde. Vou continuar com a denúncia e com a conversa do amigo Iremar sobre o Rio Madeira.

Dirijo-me ao representante do BNDES. O que nós vemos lá é o que falou Iremar. O que vou falar e o que todo mundo aqui sabe é que isso não existe. Existem no papel essas obrigações socioambientais dessas empresas, porque o BNDES faz vista grossa, como fez lá em Belo Monte, fez no Madeira e faz em todos os lugares. Nós não temos um bom exemplo. Representantes e comunidades que estão diante desse monte de projetos digam qual é o bom exemplo que existe! Pelo menos até hoje não encontramos.

O Banco repassa recursos para essas empresas e, na verdade, o que nós temos presenciado é que as empresas são soberanas. E tanto faz serem as empresas que estão em Belo Monte — a maioria são empresas federais — como as que são da iniciativa privada. Elas se consideram soberanas. Não existe lei para elas. O BNDES fica lá atrás, ao fundo, só passando dinheiro.

Em relação a Belo Monte, fizemos parte de uma comissão que visitou o BNDES, em 2010, exatamente para falarmos sobre o que já estava acontecendo lá na região de Altamira. E a resposta do BNDES, depois de uma longa conversa, de denúncias e tal, foi a seguinte: *“Na hora que o IBAMA denunciar e disser para o BNDES não repassar um centavo para a Norte Energia ou para as empresas que têm irregularidade; aí sim o BNDES não vai repassar”*.



Ora, isso é uma lorota, pois o IBAMA nunca disse, em momento nenhum, que havia irregularidades em Belo Monte. E se falou alguma coisa? Não. Ficou por isso mesmo. Então, que transparência é essa? Essas empresas fazem o quê? Elas massacram, passam por cima, usam dinheiro público e fica por isso mesmo.

A Norte Energia divulgou no seu Twitter, no último dia 23 de novembro, que já repassou a Belo Monte 4,2 bilhões de reais entre 2011 e 2016, com as obrigações fiscais em ações socioambientais com o PBA de Belo Monte. Vão lá em Altamira, no Xingu, e vejam onde estão esses 4,2 bilhões de reais que essa empresa, a Norte Energia, gastou com obrigações sociais... A empresa jogou mais de 2 mil famílias ribeirinhas no lixo, sem direito a nada! Hoje estão lá os buracos, e ninguém sabe se isso vai ser resolvido. A Presidente do IBAMA ordenou que fizessem, mas deveria ter ficado pronto em 2014.

Ninguém sabe se esse saneamento vai prestar. O hospital também não foi entregue. Quer dizer, todas as condicionantes que deveriam estar prontas até 2014 não foram cumpridas. E isso vai do saneamento às questões indígenas, e por aí vai. E o que dizer da situação dos pescadores, que nem foram considerados como ribeirinhos dentro do licenciamento ambiental... Estão vendo o rio sem peixe, é isso que eles estão vendo. Então, que obrigações estão sendo cumpridas? Onde estão esses 42 bilhões de reais? Foram parar onde?

Você falou do PDRS, que é um projeto de desenvolvimento sustentável para a região do Xingu... Ora, de sustentável ele não tem nada. Estão cometendo um crime ao falar essa palavra, porque acaba sendo uma mentira. (*Palmas.*) Não tem nada de sustentabilidade. Então, isso não trouxe melhoria. Vinte bilhões de reais para esse PDRS, esse plano sustentável para o Xingu, não deu em nada de sustentável... Aliás, é um plano insustentável, porque não melhorou a vida do povo em nenhuma coisa; pelo contrário, piorou. Nossa vida ficou mais cara, a violência aumentou, há medo e insegurança. Estamos vivendo uma situação em que muitas famílias estão passando fome. Colocaram mais de 5 mil famílias naqueles desertos. É um deserto que não tem nada, não tem água. Moramos na beira do rio, e esse projeto trouxe a seca e a falta de água, esse direito fundamental para as famílias. (*Palmas.*)



Então, que história é essa?! O BNDES está fazendo o que com o dinheiro público? O BNDES foi lá. Nós sabemos que o Banco foi lá, mas foi às escondidas, porque não falaram com quem realmente sabe da história, com quem sabe o que está acontecendo. Com esses o BNDES nunca falou. Então, que transparência é essa? Queremos saber. E qual é a mudança dessas ações, desses empreendimentos, os riscos desses empreendimentos? Foi anunciado, foi dito para o BNDES que Belo Monte é um risco socioambiental, econômico e tudo. Mas o BNDES fez vistas grossas e ouvido de mercador, nada ouviu, nada fez, e jogou Belo Monte para frente. E o Banco mandou esses bilhões e bilhões que caíram no bolso de quem? Nós queremos saber. Não caiu no bolso do povo do Xingu, nem do Madeira e nem de canto nenhum dessa Amazônia. Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Antônia.

Darei a palavra para o Giliarde agora, a quem peço que fale ao microfone.

Eu estou preocupado porque há um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete inscrito e há a próxima Mesa também.

**O SR. GILIARDE JURUNA** - Eu vou falar só um pouquinho, até porque a D. Antônia já falou quase tudo também.

O que eu ia falar era mais ou menos isso: mas eu acho uma irresponsabilidade do Banco quando fala uma coisa dessas, que está acompanhando tudo de perto e que só libera dinheiro se as condicionantes forem cumpridas.

E a gente sabe que, na questão de Belo Monte — e está aí a prova —, muitas coisas não estão sendo cumpridas. E a gente vê quantas ações do Ministério Público estão aí.

O BNDES acompanha só os relatórios da Norte Energia, para saber o que está sendo feito? Porque ali só tem mentira. Então, a gente fica... A gente vai acreditar em quem? O Banco está aí, que nem falam aí, para emprestar dinheiro, isso e aquilo, mas só para beneficiar a obra?

O que é para fazer lá dentro nada está sendo feito, nada está sendo cumprido. A gente não tem um projeto de geração de renda dentro da nossa aldeia. A nossa aldeia, a bem dizer, acabou. A gente vem sempre reclamando, mas acabou o nosso modo de vida, acabou tudo. Até o nosso nome, como eu falei de manhã,



que era a única honra que a gente tinha, está acabando todo. E não vemos nada ser feito em prol daquelas populações ali afetadas diretamente. E, sobre a barragem, dizem que será afetado e vai ficar alagado quem está ali; quem ficar do lado de baixo não será afetado. Onde se viu isso?

A gente pediu uma justificativa porque tem que ter dois tipos de embarcação: uma para andar no seco, que é uma embarcação pequena, e uma para o lado de cima, que é o lago, onde tem que ser uma embarcação grande. A gente tem que ter dois tipos de embarcação, e hoje a gente em só um. E até hoje nunca apresentaram uma solução para a gente. Como é que vamos ficar ali? Será que vai dar para a gente sobreviver naquela região? Agora tem o carapanã, e a gente não consegue mais pescar nem jogar bola. Acabou aquele lazer que a gente tinha na região.

Então, precisa que o BNDES acompanhe isso mais de perto. E essa questão de que acompanha de perto e não libera dinheiro é uma farsa! Já era para ter parado Belo Monte há muito tempo.

Então, eram essas as minhas palavras. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sr. Giliarde. *(Pausa.)*

Com a palavra o Sr. Jairo.

**O SR. JAIRO** - Sr. Edmar, nós participamos de um evento, um seminário da Coordenação Nacional do MAB, não lembro se foi em 2014 ou 2015, em que uma representante do MAB nos disse que o BNDES havia liberado cerca de 40 milhões de reais para o desenvolvimento de tanques escavados e horta-mandala nas áreas atingidas pelas grandes represas. De lá para cá, não ouvimos mais falar desse recurso. Questionei uma vez ao coordenador regional, mas ele não soube explicar.

Então, pergunto: esse recurso foi só para encher linguiça? não existe? foi cortado? que fim levou esse recurso? Pergunto isso porque, enquanto assentados, quanto ao projeto de Assentamento da Gleba Mercedes V, impactado pela usina UHE Sinop, nós dependemos de alguma forma de renda, e esse seria um implemento muito bom para a continuação do desenvolvimento daquela região.

É só essa a minha pergunta.

Obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado.

Concedo a palavra, agora, a Cândido Munduruku.



**O SR. CÂNDIDO MUNDURUKU** - Boa tarde a todos e a todas, principalmente ao Sr. Edmar.

Sou uma das lideranças indígenas da região de Teles Pires e gostaria de falar na frente do Sr. Edmar, que é o representante do BNDES, que o BNDES libera dinheiro para a construção de hidrelétricas, bilhões e bilhões, só para acabar com a nossa população indígena, só para acabar também com o nosso peixe, para destruir o nosso rio. E por que o BNDES não libera dinheiro para nós? Porque não tem dinheiro. E isso está acontecendo hoje em nossa região, só para acabar com a vida da população indígena. Há ainda o PBAI, que também não está acontecendo em nossa região.

Cadê esse dinheiro, bilhões e bilhões que o BNDES libera para a hidrelétrica, para ajudar na vida dos índios? Isso não está acontecendo. O que está acontecendo hoje é que o índio está sofrendo por causa da comida, por causa da doença. Cadê a nossa saúde de qualidade? Então, para onde foi esse dinheiro, os bilhões e bilhões? Cadê esse dinheiro? Por isso, às vezes brigamos pelos nossos direitos, porque sabemos que o Governo também não vai pagar.

Hoje, o BNDES libera dinheiro para destruir o nosso lugar sagrado. Hoje, o nosso lugar sagrado está sendo destruído pelo Governo. O próprio BNDES libera dinheiro para a destruição do nosso lugar sagrado. Nossos espíritos estão lá sofrendo. Por isso, nós estamos sofrendo. Nós estamos vivos, nós somos indígenas, nós somos índios. Mas, quando morremos, vamos para lá, para o nosso lugar sagrado, que o Governo Federal destruiu também. E nós estamos sofrendo. Hoje está tudo acabado. Cadê esse dinheiro, para ajudar em nosso plano, que não está acontecendo em nossa região.

E hoje os indígenas estão sofrendo também por causa da comida.

Era o que eu queria dizer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Cândido.

Concedo a palavra agora à Sra. Eva Kanoé.

**A SRA. EVA KANOÉ** - Para começar, boa tarde a todos. A minha fala dirige-se ao Sr. Edmar.





Primeiramente, quero dizer ao senhor que todos sabem, principalmente nós, povos indígenas brasileiros, que não existem projetos nem no Brasil nem no mundo, que não sejam impactantes. Todos os projetos trazem algo negativo para a população.

Infelizmente, nós, povos indígenas, pagamos pelo que não devemos. O Brasil, a sociedade brasileira e o Governo brasileiro, tem uma dívida impagável para com os povos indígenas, desde o momento em que invadiram as nossas terras. No entanto, nós estamos aqui, neste momento, clamando por justiça, justiça para que continuemos vivendo em nossos territórios. Essa é a nossa reivindicação.

Eu estava aqui assistindo à sua apresentação: ela é maravilhosa. E o senhor está de parabéns quanto à missão, quanto à visão, quanto aos valores. Pois a missão do BNDES, como um banco brasileiro que dispõe de grande recurso, é a de promover a economia do Brasil, de gerar emprego e de fazer tantas outras coisas. No entanto, o que nós vivenciamos atualmente no Brasil inteiro é que esses mesmos projetos grandiosos, que para nós são monstruosos, projetos de morte, na verdade têm trazido o contrário. Há uma contradição em relação a isso.

Se o BNDES existe para promover uma economia realmente viável para todos os brasileiros, por que existem milhares de brasileiros desempregados? Por que existem milhares de brasileiros sem moradia? Por que existem povos indígenas com suas terras todas alagadas? Isso é porque, infelizmente, nós ainda somos invisíveis a vocês, à sociedade não indígena que detém o poder em suas mãos. Além disso, existem todos esses projetos, mas, até o momento, os povos indígenas nunca foram respeitados. E o que nós queremos é respeito; nós queremos que nos ouçam.

As nossas conversas e os nossos clamores aqui não são porque gostamos de reclamar. E não estamos reclamando de barriga cheia, não. Nós viemos pedir que respeitem os povos indígenas, ouvindo as falas dos nossos parentes quando dizem que não há mais peixe. Se não há mais peixe nem mais caça, como tinham os povos indígenas, como é que nós vamos continuar com um projeto de vida que seja realmente benéfico aos povos indígenas?

Quando se referem aos projetos, ao acompanhamento e a tudo o mais em relação à visão, não há respeito. Fala-se de respeito, mas não existe respeito! É



uma contradição. Repito: é contraditório dizer que o BNDES está respeitando os direitos humanos. Que respeito é esse se, em Rondônia, os povos indígenas karitiana, nambiquara e karipuna até hoje não tiveram nenhuma compensação? A compensação existe no papel, mas não saiu do papel. E nenhum ser humano alimenta-se de papel, nem mesmo de dinheiro.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Muito obrigado, Sra. Eva.

Concedo a palavra à Sra. Alessandra Korap Munduruku.

**A SRA. ALESSANDRA KORAP MUNDURUKU** - Boa tarde!

Quero falar um pouco do BNDES. Acho falta de respeito com os povos indígenas e com a população brasileira gastarem milhões e milhões para fazer uma coisa que destrói.

Por que o povo brasileiro paga tantos impostos? Por que o povo brasileiro paga IPTU e energia? Por que o povo brasileiro paga tanta coisa e não vê nada mudar na cidade, não vê nada mudar no Município, não vê nada mudar no Brasil, principalmente na educação e na saúde? Hoje em dia, o dinheiro está sendo gasto, não na saúde e na educação, e, sim, na construção de usinas, de ferrovias, de portos e em mais outros projetos que estão destruindo a natureza.

Deputado Nilto Tatto, gostaria de ler uma carta. Posso lê-la? (*Pausa.*)

“Carta do I Encontro de Mulheres Munduruku do Médio e Alto Tapajós -PA

Nós, mulheres guerreiras Munduruku, estivemos reunidas com outras mulheres de grandes lutas dos povos Apiaká, Baré, Borari, Katxuyana, Karipuna, Tupinambá e nossos caciques, guerreiros, professores, cantores, artesão e as organizações indígenas – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, Movimento Munduruku Ipereg Ayu, Federação dos Povos Indígenas do Pará - FEPIPA, Articulação dos Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará- APOIANP, na aldeia Praia do Índio, durante os dias 21 a 24 de novembro de 2016, discutindo sobre os desafios da nossa luta e ameaças aos nossos direitos.

Hoje, são as mulheres que estão se manifestando. A preocupação também é de todas as mulheres indígenas no Brasil. Sabemos que a ameaça é muito grande e provoca a matança dos nossos filhos. Queremos deixar bem claro para o governo, que nós, mulheres indígenas, somos do mesmo sangue e por isso nossa



reivindicação é única: defender o nosso território, nosso rio e nossa floresta, que é nossa mãe. Por causa do Governo, ela está derramando lágrimas. Lágrimas que caem como o leite de nosso peito. O que mata o nosso direito, o nosso modo de viver, a gente sente em nosso estômago.

Isso porque seus projetos de lei, emendas constitucionais, decretos e portarias servem somente para alimentar o capitalismo e a colonização com a qual sofremos há mais de 500 anos. Transformam tudo que nos mantém vivos em mercadoria, mandam tudo para fora e quem sofre somos nós, povos indígenas, populações tradicionais e minorias. Falam em tecnologia avançada, mas ela não está servindo para nós e para a floresta. O que chamam de “energia limpa” é para barrar o rio, destruir vidas humanas, peixes, animais, toda a floresta. Então estamos falando também junto com esses que não têm como se defender.

Estamos sendo atacados por todos os lados. Onde o Estado deveria fiscalizar, fica ausente, e deixa entrar nas nossas terras garimpeiros, madeireiros, palmiteiros e outros invasores. Além disso, nossas terras são submetidas aos grandes empreendimentos e projetos, como é o caso de Daje Kapap (Sawre Muybu), que é um grande campo de interesses.

Disseram que cancelaram a hidrelétrica de São Luiz, mas as empresas interessadas na construção e o próprio Governo estão contestando a nossa terra tradicional. Isso porque querem não só construir a barragem, mas também trazer grandes mineradoras e madeireiras para destruir nossos locais sagrados, as áreas em que caçamos, pescamos, coletamos nossos frutos, sementes, raízes. Dizem que existe um marco temporal para definir o que é terra indígena, mas sabemos que isso é inconstitucional. Ignoram que estamos aqui a mais tempo do que eles mesmos começaram a contar sua “história do Brasil”.

Para tomar suas medidas, impor seus projetos de morte, o governo não está nos consultando conforme prevê a Convenção 169-OIT, nossos protocolos e forma de organizações.

Sabemos das armadilhas e manobras do governo. Querem acabar com a FUNAI, SESAI, instituições destinadas a garantir e defender, junto com a gente, os direitos dos povos indígenas. Estão diminuindo recursos, nomeando pessoas que não tem envolvimento com a causa indígena.



Sabemos que nada que conquistamos foi dado pelo governo, foi sempre uma briga para isso. Muitas lideranças indígenas derramaram e continuam derramando o sangue para ter essa conquista. E nós vamos continuar, não vamos deixar essa luta e, por isso, estamos fortalecendo as nossas alianças com todos os povos e populações da Amazônia e do Brasil.

A cada tentativa do governo de colocar os povos indígenas uns contra os outros, bem como contra os demais seguimentos, a gente se une mais, pois estamos atentos e vigilantes.

Sempre vamos a Brasília tentar conversar com vocês sobre o que está acontecendo na nossa região e nos recebem com policiais nas portas e com spray de pimenta. Por que é proibido entrar na “casa do povo”? Quando os políticos vão para Jacareacanga e para as nossas aldeias pedir nossos votos, não são recebidos com violência.

Queremos dizer para o governo que nós mulheres indígenas somos capazes de ensinar. Se quiser, a gente pode ensinar como se cuida do território. Não vamos abrir mão dos nossos territórios tradicionais e nem da Amazônia. Não queremos mais ouvir o “Odaxijom! Odaxijom! Odaxijom!”, o pedido de socorro de nossa Mãe Terra, e nem o choro das nossas crianças.

Estamos vivas como mulheres, como mães e juntas dizemos basta!

- exigimos a aceleração da demarcação das Terras Indígenas do Brasil, principalmente a Terra Indígena Daje Kapap (Sawre Muybu), Terra Indígena Sawre Jaybu, Terra Indígena Sawre Apompu, Terra Indígena Katxuyana-Tunayana, Terra Indígena Maró, Cobra Grande e Terra Indígena Alter do Chão;

- sabemos que o prazo que o próprio governo estabeleceu, de 180 dias depois da publicação do RCID de Daje Kapap (Sawre Muybu) para dar andamento ao processo demarcatório, não foi cumprido. Exigimos a demarcação desse nosso território tradicional, de importância cosmológica para todo o povo Munduruku.

- repudiamos qualquer tentativa de dificultar ainda mais os processos administrativos de demarcação das Terras Indígenas e de justificar invasões e explorações econômicas nos nossos territórios, como a PEC 215, portaria 303 da AGU, o projeto de lei de mineração em terras indígenas (PL 1610), ou qualquer



outra medida que formalize as condicionantes da TI Raposa Serra do Sol, que não se aplicam a nós e a nenhuma terra indígena nesse País;

- Não aceitamos qualquer tipo de criminalização de nossas lideranças indígenas e de povos e comunidades tradicionais que lutam em defesa dos nossos direitos e pela garantia do bem viver das gerações que virão;

- Exigimos o fim dos projetos de morte para a nossa Amazônia, como portos, hidrovia, mineração, hidrelétricas, concessão florestal e outros;

- exigimos que os Senadores votem contra a PEC da morte (PEC 241/55) e que o Governo não rasgue a Constituição de 88 e não retroceda nos direitos conquistados pelo povo;

- exigimos que o Governo respeite o Protocolo de Consulta Munduruku, as formas de consulta de todos os povos e nossas decisões.

Sawe! Rio Tapajós". (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Alessandra. (*Pausa.*)

Peço à Secretaria que tire cópia da carta que ela deseja distribuir. Acho que essa carta pode ficar com o material das apresentações do seminário.

Com a palavra o Sr. Brent Millikan.

**O SR. BRENT MILLIKAN** - Eu queria ressaltar rapidamente alguns pontos sobre problemas com licenciamento e planejamento de hidrelétricas que têm a ver com as apresentações anteriores, inclusive com a Mesa anterior da parte da manhã. Alguns desses pontos também têm sido discutidos nesse fórum de diálogo entre o BNDES e a sociedade civil que o Caio mencionou.

O primeiro ponto muito importante que o Caio colocou e que seria fundamental que o Sr. Edmar esclarecesse: até que ponto o BNDES tem uma política clara sobre a necessidade de uma consulta livre, prévia e informada junto aos povos indígenas e a outras populações tradicionais? Em vários casos concretos, nós temos tentado levantar essa informação, mas não conseguimos. Por exemplo, no caso da UHE São Manoel, no rio Teles Pires, que claramente afeta os povos indígenas, eu fiz um pedido de informação, e a resposta inicial foi a de que eu estava pedindo uma opinião subjetiva ao Banco, e, portanto, ele nem seria respondido. Depois, eu entrei com recurso, fiquei insistindo, etc. O máximo que eu consegui foi uma menção de que a FUNAI havia feito alguma reunião com os povos



indígenas. Mas o Banco não respondeu efetivamente até que ponto há uma política nesse sentido. E, na medida em que ele não responde, nós imaginamos que não há. Mas eu acho que seria importante esclarecer isso, até para ver como avançar em relação a isso.

O segundo ponto que o Caio mencionou foi a questão dos guias socioambientais. Qual é a previsão de haver um guia setorial socioambiental sobre hidrelétricas? Nós sabemos que isso já perdura há alguns anos. Parece que até havia um rascunho, mas ele não foi aprovado. Enfim, isso avança ou não? Qual é a decisão interna do BNDES a esse respeito?

O terceiro ponto trata da questão da análise prévia de riscos, impactos e viabilidade, que seria a base de tomada de decisão. Há muita coisa difícil de auferirmos, na medida em que geralmente os documentos não têm sido disponibilizados publicamente, a exemplo do relatório de análise. Recentemente, houve alguns avanços, e até conseguimos um extrato, mas faltaram informações até nesse extrato que solicitamos, ou seja, que fosse disponibilizado aquilo que não fosse de interesse privado. Como se analisam, efetivamente, esses riscos socioambientais? A impressão que se tem é que o BNDES utiliza parte de algumas pressuposições de estudos falhos elaborados por empreendedores, que, conforme discutimos hoje de manhã, claramente subdimensionam esses impactos e até parecem ter uma posição um pouco acrítica.

No caso, por exemplo, de São Manoel, o que se mencionou foi que era uma barragem fio d'água e que, portanto, seria de baixo impacto. Pronto! Não se falou mais nada. Não se falou de questões como o impacto sobre peixes, sobre a água, sobre ecossistemas de água doce, embora ficasse a 300 metros de um território indígena, cujas populações dependem da integridade desses ecossistemas para sua vida, sua subsistência e para o exercício de seus próprios direitos.

Outra coisa que não está clara é a questão sobre o patrimônio cultural, material e imaterial. No caso de Teles Pires, de que o Cândido Munduruku acabou de falar, há uma barragem financiada pelo BNDES que destruiu um lugar sagrado para os povos munduruku, kayabi e apiaká: Sete Quedas. Em nenhum lugar encontramos uma análise dessa questão por parte do BNDES.



Sobre a questão da regularidade, que o Caio já citou, eu acho que é, de fato, uma coisa problemática. Se se considera apenas a existência de uma licença válida, independentemente do grau de cumprimento de condicionantes e de sua efetividade na mitigação e compensação de impactos, num contexto em que existem vários problemas — desde a origem dos estudos, como foram analisados os problemas, ou como foram definidas as condicionantes — e, depois, num contexto em que não há monitoramento efetivo... Eu acho que existem algumas experiências interessantes do BNDES, por exemplo, de fazer em Belo Monte uma auditoria socioambiental. Mas não está claro como isso está sendo feito. O ISA — Instituto Socioambiental envidou muitos esforços para tentar um mínimo de acesso à informação sobre como isso está sendo conduzido, e só conseguiu um extrato. Então, identificamos uma questão fundamental em termos até da regularidade ambiental do empreendimento: se há condicionantes que não estão mitigando os impactos, numa situação de impactos drásticos na vida das pessoas, inclusive nos seus direitos, como elas cooperam com isso?

Portanto, só depender do monitoramento feito pelo empreendedor, com uma supervisão muito precária por parte de órgãos como o IBAMA e a FUNAI, parece muito deficiente. É preciso pensar em outros mecanismos, como um monitoramento independente. E acho que o BNDES poderia contribuir para isso.

Outra questão, que acho já foi abordada hoje de manhã, refere-se à regularidade jurídica. Seu único critério, que é a ausência de uma ação com trânsito em julgado — e ignora-se uma situação, como a de Belo Monte, que tem mais de vinte e cinco ações na Justiça com claras demonstrações de violação de direitos, mas que, em função do uso de um mecanismo jurídico que vem do período autoritário, que é a suspensão de segurança em que o presidente de um tribunal pode tomar uma decisão unilateral e até desconsiderar decisões de mérito a pedido do Governo —, parece-nos muito problemático. Eu acho que essa questão da regularidade socioambiental precisa ser revista nesse sentido.

Uma coisa que eu sei que tem sido discutida — e você, Caio, poderá comentar mais — é a questão de haver um canal que possa ouvir as reclamações das populações que sentem que seus direitos têm sido desrespeitados e de haver um mecanismo independente para investigar isso. Eu acho que não se trata de



copiar de nenhum outro Banco, mas de criar mecanismos efetivos devidamente discutidos. Eu acho que isso seria importante. (*Palmas.*)

Por último — desculpem-me, mas estou tentando ser rápido —, você falou da agenda de desenvolvimento, o que parece interessante. Mas vem à tona a questão: essas agendas de desenvolvimento que apoiariam vocações locais são definidas por quem? Qual é seu processo de construção e de discussão? Nos casos de Tapajós e Xingu, havia até a iniciativa de construir uma agenda de desenvolvimento sustentável com a população local, a partir de muito protagonismo dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil, que foi o Plano BR-163 Sustentável, que visava incluir o interflúvio entre o Xingu e o Tapajós. Não havia previsão para Belo Monte, nem para São Luiz do Tapajós e nem para nenhuma outra barragem. Infelizmente, essa agenda inovadora foi desconsiderada, depois de inaugurada pelo Governo. Logo depois, foi inaugurado o PAC, que deixou de ser uma agenda de desenvolvimento para virar uma lista de obras de interesse de empreiteiros e aquilo que conhecemos depois, com todos os seus desdobramentos.

Logo, se há a possibilidade de apoiar esse tipo de processo, entre outras coisas, e de ser um processo participativo, teria que ser feito necessariamente antes da obra. Não poderia ser uma agenda para legitimar, ou que já partisse de decisão tomada para uma megaobra, que pode ser absolutamente incompatível com as vocações locais, os meios de vida e os direitos das populações locais. Teria que ser um processo anterior ao planejamento, talvez, conforme conversamos hoje de manhã, um planejamento participativo com instrumentos de uma avaliação ambiental estratégica que vêm antes e que envolvem as populações antes da tomada de decisão de projeto. O BNDES poderia contribuir de forma interessante nesse sentido. Essa é uma sugestão.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Brent.

Estão ainda inscritos a Raimunda, o Darlesson, a Maria da Ilha, a Judite e outra pessoa que também pediu para ser inscrita.

Neste momento, deveríamos estar quase terminando a segunda Mesa, da parte da tarde. Então, peço ao pessoal que seja bem rápido, senão vai prejudicar a próxima Mesa também.





Concedo a palavra à Sra. Raimunda Gomes da Silva.

**A SRA. RAIMUNDA GOMES DA SILVA** - Primeiramente, boa tarde a todos! Serei bem breve, porque eu não entendo muito de leis, não tive oportunidade de estudá-las. Mas, em tantas conversas sobre direitos, deveres e desenvolvimento que observei, achei que desenvolvimento era ter uma vida melhor, era ter transporte, mesmo que pago, era ter uma cidade limpa, o que não aconteceu na nossa cidade. Nós perdemos toda a nossa atividade pesqueira e o nosso transporte. Então, isso não é desenvolvimento.

E aí eu ouço falar de um monte dinheiro, que nem sei quantos números tem, que foi usado para matar a nossa cultura. Ô dinheiro amaldiçoado esse! Sinceramente, Sr. Edmar, esse dinheiro que está indo para Belo Monte é amaldiçoado. Por que ele é amaldiçoado? Porque ele acaba conosco. Ouvir falar nisso nos dá uma raiva tão grande, pois vemos que tem um banco que faz tudo isso com a população do seu País, mas que deveria preservá-la.

Nós somos os únicos que preservamos a natureza. Nós não pescamos peixe que não seja para comer. Nós não caçamos animal que não seja para comer. Nós não derrubamos árvore que não seja para o próprio uso, como para fazer um barco. Nós simplesmente a preservamos. E querem nos falar de direitos humanos.

Sabemos que existem os direitos humanos. Mas quem é humano? Os bancos? As empresas? O Governo? O povo não é humano? O povo é humano. Se não fosse o povo da mão grossa, vocês não teriam mão fina, porque vocês não vão para a roça, vocês não roçam, vocês não capinam, vocês não plantam e vocês não colhem. (*Palmas.*) Somos nós que fazemos esse serviço grosseiro para vocês viverem bem. Pensem bem nisso quando forem assinar alguma coisa, mas, assinem para o bem. Pois eu nem sabia que esse Banco fazia isso; ele é um banco criminoso.

Desculpem-me, mas o que estão fazendo com a comunidade de Altamira é um crime. E esse dinheiro deveria ser usado para o bem e não para o mal. Por isso, considero maldito qualquer dinheiro do Brasil, porque só é usado para o que não presta.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Raimunda.



Passo a palavra ao Sr. Darlesson.

**O SR. DARLESSON** - Boa tarde! Meu nome é Darlesson, sou da etnia apiaká, do Baixo Teles Pires. Quero agradecer, mais uma vez, a oportunidade de estar na Câmara dos Deputados. Vou dirigir a minha palavra ao Sr. Edmar, Gerente do Departamento de Energia Elétrica do BNDES, pois estamos próximos a duas hidrelétricas no Rio Teles Pires. Moro no Baixo rio Teles Pires, e há duas hidrelétricas que vêm nos afetando diretamente, que é a Teles Pires, que está em funcionamento, e a São Manoel, que está em processo de instalação.

O senhor falou que o BNDES tem os recursos para mitigar os impactos que as usinas trazem às comunidades que são afetadas. Mas nós não conhecemos esse valor disponível para o PBAI — Programa Básico Ambiental Indígena. Começa programa, termina programa, e não sabemos que valor é disponibilizado para as comunidades afetadas. Eles só nos dizem que muitas coisas que lhes pedimos eles não podem fazer, porque o dinheiro não dá. Sabemos que tem muito dinheiro, mas, na hora de implantar os projetos, não tem dinheiro. E, muitas vezes, ou grande parte das vezes ou todas as vezes, os projetos não dão certo, porque eles definem a quantidade de dias e a quantidade de horas, quando é por hora, sem nos consultar. As atividades já chegam prontas à aldeia e, muitas vezes, não conseguimos entendê-las. Isso aconteceu nos programas da São Manoel e da Teles Pires, quando fomos muito prejudicados. Acabaram os programas, nós não aprendemos nada, e foi gasto um montão de dinheiro! Eles contratam empresas, os funcionários e as empresas ganham muito dinheiro, dinheiro esse que é do PBAI e que deveria ir diretamente para os indígenas. Esse recurso deveria ser diretamente colocado na conta das associações indígenas, para que os próprios indígenas pudessem administrá-lo da forma que achassem certo.

E o que aconteceu? O recurso acabou, e nós não aprendemos nada. Algumas coisas que ganhamos com o programa são destruídas nas atividades dos programas de licenciamento ambiental, como carros, barco e combustível. Quando acabam os programas, acabam os objetos. E nós ficamos sem rio, sem peixe e sem água para beber. Depois da usina pronta, começamos a sofrer ainda mais os impactos e ficamos numa situação muito difícil. O problema que vimos enfrentando é



que não são repassados os valores do custo para desenvolver o PBAI, e depois acabamos sem nada.

Como o senhor falou dos recursos que o BNDES tem para mitigar os impactos, pergunto: por que esses valores não são apresentados às comunidades?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Darlesson.

Com a palavra a Sra. Maria, da Ilha de São José.

**A SRA. MARIA** - Sou Maria, da Ilha de São José. Quero agradecer a Deus por estar aqui neste momento compartilhando o meu sofrimento com o meu povo de Belo Monte, que vive sofrendo. Quero dizer que conosco não foi diferente, até porque eles nunca concluíram o restante das obras e desapareceram para construir essa de Belo Monte. Na Ilha, que foi atingida, ainda há muitas coisas para serem regularizadas, mas eles deixaram tudo para trás. Ainda há duzentas e tantas famílias sem moradia, sem teto e sem alimento.

Então, ouvi falar desse Banco, mas acredito que o dinheiro do Banco só deu para nos tirar da Ilha. Eles tinham liminar e tiveram que levar advogado, juiz, promotor, delegado e uma caravana de polícia para fazer o nosso despejo. Eu acredito que eles deixaram o dinheiro para esse momento, porque conosco aconteceu desse jeito. Então, foi pior do que com vocês. Sem falar das mortes que houve lá. Morreram porque não queriam sair da ilha; pediam para morrer. Uns resistiram como nós, que tivemos coragem e lutamos para sair e ter moradia. Eles nos prometeram muita qualidade de vida, mas nós não conhecemos essa qualidade de vida, pois tínhamos nosso alimento saudável e hoje perdemos até o gosto de comer peixe. Lá vivíamos de peixe. Mas hoje não temos mais aquele costume e aquela alimentação que tínhamos lá.

Então, não posso considerar que essa empresa e esses projetos foram muito bons para nós. Nós chamamos esse projeto de “projeto de morte”. Fala-se em desenvolvimento, mas, para nós, só se desenvolveram mesmo a traição e a tragédia aos nossos familiares.

Era isso que tinha a dizer.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Maria da Ilha.



Com a palavra a Sra. Judite, do Movimento dos Atingidos por Barragens — MAB.

**A SRA. JUDITE DA ROCHA** - Eu sou Judite, do MAB, do Estado do Tocantins.

Eu queria fazer algumas perguntas, primeiro para o rapaz do Banco famoso. Qual é a metodologia, ou a ferramenta, que vocês usam para acompanhar os projetos? Eu acompanhei quatro hidrelétricas no Estado do Tocantins, no Rio Tocantins. Das duas últimas obras, a maior parte ficou pela metade. Das 12 praias, apenas duas estão funcionando, tudo com recursos do BNDES. Elas estão paradas. Nas duas hidrelétricas, a da Barragem de São Salvador e a da Barragem de Estreito, que fica entre Tocantins e o Maranhão, a maioria das obras dos hospitais de três Municípios não foram concluídas, estão paradas, estão sendo detonadas agora. Mas foram repassados os recursos.

Eu acho que há algumas coisas que nós precisamos pontuar. Fico sempre admirada ao ouvir todas as falas dos representantes das hidrelétricas. A única coisa que se dá conta de se construir e terminar nos Municípios, quando se constrói uma hidrelétrica, é a delegacia. Esta, sim, fica pronta, bem bonitinha, inaugurada e tudo. Mas as outras obras ficam todas pela metade.

Eu lembro que, há 3 anos ou mais, nós do MAB apresentamos uma proposta ao BNDES: a suspensão dos recursos enquanto as obras não cumprissem, por exemplo, a questão das famílias que não foram indenizadas, todo esse processo. Nós não sabemos como, de fato, vocês fazem essa fiscalização.

Por exemplo, no caso da obra da Usina Hidrelétrica de Estreito, ela estava descumprindo 21 condicionantes. Mesmo assim, vocês repassaram o recurso. Parece que há uma ligação com o IBAMA, porque ele sabia disso. Vocês liberaram o recurso para fechar as obras, abrir as comportas e encher o lago, mas as outras obras não foram concluídas.

Então, como é feito esse acompanhamento? Nós não conseguimos perceber isso.

Há outra questão. Vocês falam muito nos Planos Básicos Ambientais — PBAs. Um dos projetos em que o BNDES libera o financiamento é a questão do



desenvolvimento regional dos Municípios. Existe um quantitativo de recursos que é disponibilizado do BNDES para essas questões.

Onde de fato eles estão? Vimos Município que se acabou depois que se construiu a hidrelétrica, principalmente a de Estreito. O Município não existe mais enquanto Município. E para onde foi esse recurso? Como vocês fazem esse acompanhamento?

Quando nós de entidades e movimentos temos um projetinho bem pequenininho, falta saber qual é a roupa que nós usamos cada dia, porque todas as perguntas, todas as fiscalizações são feitas, mas, quando se dirige às empresas, há dificuldade.

E, por último, já que nós sabemos que a maioria das empresas são transnacionais, como se dá esse recurso que é do nosso Banco e é emprestado a essas empresas? Nós sabemos que vocês emprestam recurso com prazo de longos anos, a uma taxa de juro que nenhum de nós daqui conseguiria obter num financiamento.

Como de fato essas questões se articulam nos empréstimos desses recursos? Com certeza, se são obras paradas e não terminadas, como depois isso é pago, de volta, ao BNDES? (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Concedo a palavra à Sra. Edna.

**A SRA. EDNA** - Boa tarde a todos.

Quero deixar o meu agradecimento aqui ao público. Todo esse tempo, eu assisti ao debate dos meus parentes. É muito lamentável chorar pelo leite que já derramou. A gente precisa de apoio para que isso não aconteça, para que isso não se repita mais. É preciso levantar o copo para não derramar mais o leite.

Então, agradeço ao Plenário, agradeço a todos que estão aqui, aos Deputados, que receberam a gente tão bem. Agora às 17h30min, a gente está retornando para Mato Grosso. Peço que ela continue a pedir apoio para nós que somos indígenas das regiões que já são afetadas pelas hidrelétricas.

Peço isso com muito carinho, para que vocês que são as autoridades revejam isso aí com carinho, pelos povos indígenas, que asseguram o meio ambiente.

Esse é o meu pedido. Vamos sair agora, às 17h30min, para pegar o voo para Mato Grosso.



Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Edna.

**O SR. DANICLEY SARAIVA DE AGUIAR** - Boa tarde. Sou o Danicley, do Greenpeace Brasil.

Considerando a fala do Dr. Philip Fearnside, Edmar — não só a dele, mas a de vários outros cientistas mundo afora —, em relação ao risco hidrológico, eu queria entender como é que o BNDES tem internalizado essa discussão na contratação desses empréstimos, exatamente em cima da questão do risco hidrológico.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Vamos voltar à Mesa. Pelo que entendi, todas as questões foram feitas para o Edmar.

Edmar, se V.Sa. puder ser bem breve, agradeço, porque já estamos bastante atrasados.

**O SR. EDMAR DA CUNHA RAIMUNDO** - Eu vou tentar compilar as perguntas e responder de uma forma que possa atender a maior parte das pessoas possível.

Parece-me que a Paula, se for o caso, gostaria de complementar alguma informação, não é? (*Pausa.*) Está bem.

Eu tenho algumas certezas e muitas dúvidas. Uma certeza que tenho é de que o BNDES tem um profundo respeito pelas comunidades indígenas e leva muito a sério essa questão. Isso é uma certeza, isso é um fato.

Outra certeza que tenho é de que os recursos que são aplicados pelas empresas são corretamente comprovados. O BNDES verifica sua aplicação, faz acompanhamento físico da execução desses investimentos.

Algumas coisas eu acho que o BNDES faz muito bem. Isso está funcionando bem.

As dúvidas estão muito ligadas a querer saber até onde vão as atribuições do BNDES e, se o BNDES for avançar além dessas atribuições, o que fazer e como fazer.

Hoje, um projeto que chega ao BNDES já chega licenciado. O projeto já chega pronto, com Licenciamento Ambiental Federal emitido. Então, o que o BNDES



vai fazer é verificar se todas aquelas medidas previstas estão sendo cumpridas; financiar — faz questão de financiar —; e acompanhar.

Agora, o que pode ser feito para que o Banco seja mais um instrumento, além do que nós já temos — IBAMA, FUNAI —, para que os investimentos sociais tenham efetividade é o que precisamos discutir. Precisamos saber se há algo a ser feito, o que deve ser feito e como deve ser feito.

Esse tipo de discussão que estamos tendo aqui agora é exatamente para buscar essa solução, resolver essa dúvida.

As consultas livres a povos indígenas são feitas num estágio bem inicial do projeto, antes mesmo até do licenciamento ambiental. Quando chegam ao Banco, como eu disse, as coisas já chegam de forma mais consolidada. É uma questão a ser avaliada, mas agora está no pacote de dúvidas. Não sei como resolver isso, não sei como endereçar essa questão. Vamos discutir, vamos falar a respeito.

Quanto aos guias setoriais, o de energia elétrica, o de geração, parece que existe uma previsão, não é? Acho que a Paula, depois, poderia falar com mais exatidão sobre isso.

Agenda de Desenvolvimento do Território. A agenda que nós já elaboramos, que nós já financiamos, foi a de Belo Monte, da região do Xingu, que abrange os Municípios afetados diretamente pela usina e outros Municípios também da região do Xingu. Essa agenda foi feita com base em visitas a locais, foi elaborada por empresas com *expertise* nisso; houve visitas; não foi algo construído dentro de gabinete, e é um documento público. Qualquer um pode ter acesso a essa agenda.

A questão do acompanhamento.

Eu até vou aproveitar e juntar no mesmo tópico a auditoria socioambiental. O Banco foi questionado, no caso de Belo Monte, por não ter exigido que a empresa contratasse uma auditoria socioambiental independente.

Por que foi contratada essa auditoria? Belo Monte é um projeto muito complexo, do ponto de vista ambiental, com vários PBAs. Para fazer o acompanhamento, nós decidimos que precisávamos de um instrumento, de um mecanismo auxiliar. Por isso foi contratada essa empresa.

O que eu quero dizer é o seguinte: o BNDES não exigiu que se contratasse essa empresa para que nós fizéssemos uma análise ambiental. Não é isso. Nós não



analisamos o empreendimento. O que nós fizemos foi ter um mecanismo que nos auxiliasse nesse processo de acompanhamento. E, como eu já disse aqui, normalmente o acompanhamento é feito por meio da comprovação financeira e da comprovação física dos investimentos. Nisso o BNDES vem atuando com efetividade.

**(Não identificado)** - É um documento público a auditoria?

**O SR. EDMAR DA CUNHA RAIMUNDO** - Boa pergunta. A sintonia que existe entre o BNDES e tudo o que foi dito aqui é muito maior do que vocês imaginam. Nós tentamos divulgar esse documento, mas é um documento que foi contratado pela Norte Energia S.A., que é a concessionária. Esse documento diz respeito a um contrato entre a Norte Energia e uma empresa também privada, quer dizer, é uma relação privada entre as duas empresas. Tentamos obter autorização para divulgar e não conseguimos. O que conseguimos foi um extrato...

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. EDMAR DA CUNHA RAIMUNDO** - Mas é um extrato, não é?

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Fale ao microfone. Repita.

**(Não identificado)** - No início, realmente tivemos muita dificuldade de conseguir negociar com a empresa a publicação desse extrato. Mas se chegou, inclusive com a participação do Ministério Público, a um acordo judicial, que foi firmado nos autos de um processo aqui em Brasília. Chegou-se a um relatório, a ser publicado na Internet, que, inclusive, atende ao Ministério Público.

Recomendo que entrem na página da Norte Energia. Vocês vão ver que existe bastante coisa lá sobre acompanhamento em relação à JGP.

**O SR. JONATHAN** - Mas não é na íntegra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Por favor, falem ao microfone, porque a reunião está sendo gravada e também transmitida pela Internet.

**O SR. JONATHAN** - Não está na íntegra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - O pior é que quem entrar no debate agora não vai nem saber do que se está falando, porque não está na gravação a pergunta.





**O SR. JONATHAN** - Então, só para benefício de quem está acompanhando, eu perguntei se o documento está à disposição na íntegra, e a resposta foi que está no *site*. Existe bastante informação lá, embora não esteja na íntegra.

Obrigado.

**O SR. EDMAR DA CUNHA RAIMUNDO** - O senhor tem toda a razão: ele não está na íntegra. Como disse o Jonathan, está praticamente na íntegra, mas não está na íntegra. Nós não conseguimos autorização para que esse documento fosse divulgado na sua íntegra.

Isso é algo em que o BNDES pode pensar também para novos projetos. Futuramente, se for adotado esse mecanismo, também para auxiliar nosso acompanhamento, isso é algo que nós podemos considerar.

Há outras questões. Risco hidrológico.

Quem perguntou sobre risco hidrológico quer saber se o Banco lida com isso do ponto de vista financeiro?

**O SR. PHILIP FEARNSIDE** - O que eu estou perguntando é: como o Banco internaliza essa discussão? Nós não estamos falando de dinheiro. Não se vai emprestar dinheiro a alguém que não vai fazer dinheiro.

Os cientistas estão dizendo: *“Temos um risco hidrológico, um risco iminente de uma quebra de 20% a 45% na vazão de rio”*. Está-se emprestando dinheiro para construção de hidrelétrica, que depende de água.

Eu quero entender como o Banco analisa isso nos seus contratos.

**O SR. EDMAR DA CUNHA RAIMUNDO** - Eu vou tentar ser o mais breve possível.

Primeiramente, o valor do crédito que o BNDES libera para um projeto é dimensionado em função das receitas que esse projeto vai ter, em função das projeções financeiras que são elaboradas.

A partir dessas projeções financeiras, são adotadas margens. Eu não quero que a conversa tenha esse rumo, mas existe uma variável chamada GSF — Generation Scaling Factor, adotada até pelo Ministério de Minas e Energia, que basicamente é um indicador de quanto determinada hidrelétrica gerou em termos de energia em função da sua capacidade média. Esse fator não era considerado e está sendo considerado hoje em dia.



Então, os financiamentos são concedidos com uma margem, considerando risco hidrológico, seja numa visão mais abrangente, seja por variações climáticas ou até mesmo por variações de vazão no rio ao longo de 1 ano, 2 anos ou 3 anos. Isso é avaliado.

Se esse risco está sendo corretamente dimensionado, é muito difícil dizer, mas ele é considerado.

**O SR. PHILIP FEARNSIDE** - Deixe-me perguntar de outra forma, porque, no caso de Belo Monte, no estudo de viabilidade, também no EIA/RIMA não há nenhuma previsão de mudanças climáticas. Está-se usando o estoque de vazões do passado. Então, está-se dizendo que o Banco tem outra informação que vai incorporando para essa margem. Estão usando mesmo esses números.

**O SR. EDMAR DA CUNHA RAIMUNDO** - Hoje, o que existe é uma visão do que já aconteceu, um olho no retrovisor. Então, esse fator de que citei — o termo, em inglês, é Generation Scaling Factor —, é adotado pelo Ministério de Minas e Energia. Ele define qual foi a geração de uma hidrelétrica em função da sua capacidade média. Isso é definido olhando pelo retrovisor. Então, com base no retrovisor, tentamos fazer projeções e adotar margens de segurança nos financiamentos.

Mas o futuro, o senhor mesmo já falou, é difícil. Não há como medir, ou avaliar, ou projetar de uma forma mais precisa o que vai acontecer. O fato é que se considera o risco hidrológico nas nossas projeções.

Não sei se foi satisfatório, desculpe-me.

**O SR. PHILIP FEARNSIDE** - Então, o senhor está dizendo que a ciência não consegue prever as mudanças climáticas, etc. e, portanto, usa só o histórico, o passado. É isso?

**O SR. EDMAR DA CUNHA RAIMUNDO** - Eu acho que o que não se consegue é prever se uma hidrelétrica daqui a 10 anos vai gerar 70%, 80%, 90% ou 95% da sua capacidade. É isso que não se consegue dimensionar. Então, o Banco adota margens de segurança, como adota margens de segurança para uma série de outros riscos que são considerados na análise.



**O SR. PHILIP FEARNSIDE** - Bom, pelo menos sugiro ler esses relatórios porque existem previsões, sim, que mostram muita diminuição da capacidade, por exemplo, de Belo Monte.

**O SR. EDMAR DA CUNHA RAIMUNDO** - Vamos considerá-los; vamos lê-los.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Vamos lá. Sr. Edmar. Já terminou?

**O SR. EDMAR DA CUNHA RAIMUNDO** - Não sei se consegui varrer ou percorrer tudo, mas, de um modo ou de outro, eu gostaria que falasse a Paula Barreto, que é do BNDES também, que tinha algo para complementar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Peço que fale bem rápido porque preciso terminar esta Mesa — nós estamos muito atrasados — por causa das pessoas da outra Mesa que foram convidadas para vir para cá. Há mais duas Mesas, e aí fica muito chato...

**A SRA. PAULA BARRETO** - Sim, sim. É só 1 minuto. Eu queria dar uma informação que acho que é de interesse de todos.

Em primeiro lugar, quero registrar que estamos colhendo todos esses comentários. Tudo isso vai ser levado para dentro do Banco.

Com relação ao futuro, vários pontos foram aqui colocados. O Edmar comentou sobre um plano — não sei se chegaram a ver o eslaide. Temos um plano de implementação da política de responsabilidade social e ambiental, que foi aprovado em 2010. Em junho de 2014, foi criado um comitê de sustentabilidade socioambiental. Dez superintendentes se reúnem mensalmente para acompanhar a execução desse plano. O plano é para o período até 2017. Em 2017, com certeza ele vai ser renovado.

Há muita discussão interna. Ela já envolveu mais de 200 pessoas dentro do Banco; são mais de 45 projetos. Então, o plano tem projetos no sentido de elaborar política socioambiental para setores críticos, de desenvolver políticas para temas críticos, de revisar o processo de concessão para melhor integrar a dimensão socioambiental.

Então, todas essas questões que aqui foram colocadas, a questão dos direitos humanos, a questão de povos indígenas, a questão de política para as hidrelétricas, tudo isso está na agenda de trabalho do Banco, inclusive a questão de



umentar diálogo e transparência e tentar fazer com que isso se dê uma forma mais participativa.

Então, eu só queria dizer que existe uma agenda de trabalho. Estamos trabalhando para isso. As coisas não são de um dia para a noite, mas elas estão acontecendo. Da nossa parte, como o Edmar disse, estamos trabalhando para que isso aconteça.

Com relação ao guia setorial, é isso. Estamos desenvolvendo agora políticas socioambientais setoriais. Há uma no *site* para mineração. Há alguns setores em andamento, uns cinco ou seis setores em andamento, e eles devem ser aprovados no primeiro semestre do ano que vem.

Em relação à hidrelétrica, está previsto, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado.

Tem a palavra o Caio para as considerações finais.

**O SR. CAIO BORGES** - Obrigado, Deputado.

Eu gostaria de deixar dois chamados ou mais convites ao BNDES, às demais organizações da sociedade civil e também a este Congresso. Pediria para olharem e avaliarem um exemplo recente, um compromisso de direitos humanos que o setor financeiro da Holanda assumiu. Foi um acordo firmado por quatro partes. Envolvia o Governo da Holanda, a associação de Banco holandeses, ONGs de direitos humanos e ambientais e os sindicatos.

É muito interessante olhar esse acordo para ver o quão longe a discussão sobre a responsabilidade socioambiental dos bancos está indo em outros países, e tentarmos trazer algum exemplo de bom.

Se olharmos esse acordo, vamos ver algo muito mais avançado — temos que reconhecer — do que estamos fazendo aqui e agora em termos de compromisso dos bancos em relação à transparência. Eles estão se comprometendo a divulgar, por exemplo, exposição a setores econômicos, lista de empresas em que houve um tipo de diálogo em relação a direitos humanos.

Em relação à consulta, há uma exigência explícita de que os bancos da Holanda só financiarão projetos se houver consulta livre, prévia e formada nos moldes dos padrões de desempenho da IFC — International Finance Corporation, que é uma empresa do Grupo Banco Mundial.



Essa iniciativa é recente, é de setembro, e pode servir de iluminação.

Por último, faço um chamado à Câmara dos Deputados, ao Congresso Nacional, para que também avalie as diversas medidas de projetos legislativos que de alguma forma falam sobre a responsabilidade socioambiental de financiadores.

Há um projeto nesta Casa sobre a inserção de uma cláusula de direitos humanos nos financiamentos públicos. Há diversas outras iniciativas para trazer um pouco essa discussão, o controle democrático por parte do Congresso. É fundamental que o Congresso exerça o seu papel democrático.

Quero deixar aqui registrado um pouco da decepção com o Banco Central, que também é outro ator fundamental nesta discussão, é o regulador do Sistema Financeiro Nacional, foi quem editou a norma de responsabilidade socioambiental e que deveria estar aqui nesta Mesa também discutindo como divulgar mais informação e cobrar dos bancos maior responsabilidade. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Caio.

O próximo é o Philip, a quem peço que também seja bem rápido nas considerações finais.

**O SR. PHILIP FEARNSIDE** - Deixem-me reforçar o que eu disse durante a palestra. Grande parte da discussão aqui tem sido sobre o que acontece quando uma obra está sendo construída e depois, como são as compensações, o acompanhamento, etc. Mas é preciso dar importância também à decisão sobre fazer a obra, e não no seu início. Essa tem muito mais impacto do que os detalhes sobre o que acontece depois, quando já está em andamento.

Então, a coisa mais emblemática é a questão daquelas barragens no Xingu, acima de Belo Monte. Essa teoria de que só haveria Belo Monte no Rio Xingu coincide com a "mentira institucionalizada". Segundo os opositores da obra, é uma coisa que não faz sentido em termos da operação de Belo Monte, de aproveitar aquelas turbinas. Eu inclusive previ isso há mais de uma década, de que ia haver esse problema.

Só olhando o mapa sobre posição dos lagos com áreas indígenas, etc., nem precisa de EIA/RIMA para saber que esses são projetos absolutamente catastróficos em termos socioambientais.



Então, eu acho que fica uma pergunta no ar. O que aconteceria se o Governo pedisse ao BNDES que financiasse essas obras? Isso poderia acontecer mesmo na situação atual. E caso o Congresso Nacional acabe destruindo o sistema de licenciamento, o que não é uma coisa fora de questão, é bem possível que esses projetos sejam apresentados para o BNDES. Eles seriam aceitos ou não? Seria um pedido legal, etc., na forma que é a política atual, que é sempre aceita pelo BNDES?

A questão é: o que o BNDES vai fazer?

Então, eu acho que seria uma sinalização muito boa se o BNDES dissesse às claras que não financiaria nenhum projeto acima de Belo Monte se fosse pedido pelo Governo, com ou sem a aprovação do IBAMA ou de quem quer que seja. Essa é uma coisa urgente que afeta uma enorme área indígena, população ribeirinha, área de floresta e um dos grandes rios da Amazônia. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Philip.

Ricardo e Elizabeth, querem fazer considerações finais também? *(Pausa.)*

**O SR. RICARDO PÉREZ BAILÓN** - *(Manifestação em espanhol.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Com a palavra a Elizabeth.

**A SRA. ELIZABETH SALAZAR** - *(Manifestação em espanhol.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Elizabeth.

Eu queria agradecer ao Edmar, à Elizabeth, ao Ricardo...

**O SR. JAIRO** - Por favor, perdoe-me, Sr. Presidente. Eu pedi um aparte. Eu não me sinto respondido em relação à pergunta que eu fiz ao Sr. Edmar com relação aos recursos que são anunciados pelas empresas. No nosso caso, lá em Sinop, nós temos algumas obras sociais paradas em, pelo menos, dois assentamentos. A alegação da empresa, a UHE Sinop, por meio da sua concessionária CES — Companhia Energética Sinop, é a de que o Banco BNDES suspendeu esses recursos.

Eu gostaria de saber por que isso acontece; se isso, realmente, está acontecendo; e como fazemos, nós da Comissão e do MAB, para reverter essa situação. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Sr. Edmar, tem condições de responder?

Tem a palavra, por favor.



**O SR. EDMAR DA CUNHA RAIMUNDO** - Sr. Jairo, eu não tenho condições de lhe responder objetivamente agora. O que eu posso tentar fazer é obter um contato seu e procurar me informar a respeito, especificamente nessa questão da UHE Sinop. Prometo que vou lhe dar um retorno a respeito. Alguém vai entrar em contato e vai lhe dar um retorno. Está o.k.?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Sr. Jairo, é bem provável que ele, de repente, não tenha uma resposta conclusiva. Quero colocar o gabinete à disposição, para nós, também, encaminharmos o pedido de informação.

**O SR. JAIRO** - Realmente, é muito complicado, porque, se tem resposta para várias outras coisas, mas, agora, para a questão social, não se tem resposta? É difícil. Eu penso...

**A SRA. PAULA BARRETO** - O senhor sabe se foram recursos do fundo social? De repente, não é nem do departamento dele, o de energia, pode ter sido do departamento de inclusão produtiva. Só estou colocando esse ponto, porque, às vezes, isso não é com ele, não sei. Era recurso não reembolsável gratuito? É isso?

**O SR. JAIRO** - Eu penso...

**A SRA. PAULA BARRETO** - De repente, isso é do Fundo Social, e ele não tem a resposta. Mas nós nos prontificamos a verificar. Eu também não sei a resposta.

**O SR. JAIRO** - O que quero dizer é que se pensa muito em todo o tipo de animais, répteis, até verme, mas, infelizmente, quando se trata da liberação de recurso para cuidar do ser humano, isso não acontece! Ou é adiado ou é suspenso, e ninguém dá uma resposta! É o que está acontecendo. Poxa, onde é que fica o ser humano?!

**O SR. EDMAR DA CUNHA RAIMUNDO** - O senhor sabe dizer se essa obra deveria ter sido feita pela concessionária de Sinop, pela empresa que está implantando ou operando a usina?

**O SR. JAIRO** - (*Risos.*) Meu amigo, a consultora lá é a Triunfo. A usina é a UHE Sinop, a Usina Hidrelétrica de Sinop, e a concessionária é a CES.

**O SR. EDMAR DA CUNHA RAIMUNDO** - A Triunfo.



**O SR. JAIRO** - É essa a informação que eu tenho. Em relação ao restante, sou eu que estou pedindo informação, como movimento social, como representante da comunidade onde eu vivo.

**O SR. EDMAR DA CUNHA RAIMUNDO** - Está bem. O Deputado se dispôs a usar a Câmara como canal para isso, mas, de qualquer modo, nós também nos dispomos aqui a prestar essa informação posteriormente.

**O SR. JAIRO** - Depois nós vamos passar o endereço do nosso *site* para a Secretaria da Mesa, para eu obter essas respostas.

**O SR. EDMAR DA CUNHA RAIMUNDO** - De qualquer modo, eu vou anotar o seu *e-mail* ou um contato de telefone, alguma coisa assim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Está bem.

Agradeço à Mesa. Obrigado, Edmar, Ricardo, Elizabeth, Philip, Caio. (*Palmas.*)

Até para responder também ao Caio, informo que o Banco Central também foi convidado para participar deste seminário.

Queria, então, rapidamente montar a próxima Mesa, que tem como tema *Hidrelétricas na Amazônia e o Planejamento da Política Energética Nacional*.

Para compor esta Mesa, eu gostaria de chamar o Sr. Danicley Saraiva de Aguiar, representante do Greenpeace Brasil (*palmas*); o Sr. Ivo Poletto, assessor do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social — FMCJS e membro da coordenação da Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil (*palmas*); o Sr. Rogerio Paulo Hohn, membro da Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens — MAB (*palmas*); e a Sra. Kamyla Borges, Coordenadora da Área de Energia e Clima do Instituto de Energia e Ambiente — IEMA. (*Palmas.*)

Vamos combinar o procedimento das exposições.

O prazo da exposição é de 10 minutos. Não se pode ultrapassar o tempo, porque nós estamos com um atraso correspondente ao tempo de uma Mesa, para os senhores terem uma ideia. Nós vamos mudar a ordem aqui e passar a palavra já para o Sr. Rogerio, porque ele vai precisar sair mais cedo, justamente porque se atrasou tudo aqui. Não é, Rogério?

O senhor tem 10 minutos. Se quiser falar por menos tempo, também é bom.





**O SR. ROGERIO PAULO HOHN** - Muito bem. Vou tentar ser bastante breve, até para podermos garantir também o debate desta Mesa, cujo tema é tão importante quanto o das outras Mesas.

Primeiro, agradeço a estes guerreiros que estão aqui ainda pela resistência. Como diz o poema, esses são imprescindíveis na luta.

Eu faço parte do Movimento dos Atingidos por Barragens, que já tem 25 anos de história de luta na defesa dos direitos das populações atingidas aqui no Brasil, não só o direito a indenizações — quero deixar bem claro isso —, mas o direito de dizer não aos projetos hidrelétricos, como o Felício Pontes estava comentando hoje de manhã.

Eu vou tentar trazer três questões pontuais para podermos fazer esse debate sobre as hidrelétricas na Amazônia, as quais, pelo menos na análise que o MAB tem feito, têm sido relacionados a esse contexto do porquê da construção de hidrelétricas.

O debate que o MAB faz é justamente nesse sentido de energia para que e para quem. Esse é o debate que norteia a nossa avaliação em torno da construção de usinas hidrelétricas.

Diz-se que o problema que permeia o campo é técnico, mas sabemos que existem questões relacionadas ao aspecto político. O problema que o Brasil enfrenta nessa questão da energia não é relacionado à questão técnica de mudança de matriz tecnológica, de mudança de energia hídrica para energia solar, biomassa, e assim por diante. Não é esse o problema.

O nosso problema, que colocamos na centralidade, é isso estar relacionado ao modelo. O que é esse modelo? Primeiro, esse modelo capitalista, no qual estamos envolvidos e que é hegemônico em âmbito mundial, é muito sangrento. Essas questões sociais e ambientais que apontamos aqui não interessam aos capitalistas, que determinam o que fazer, quando fazer e onde fazer. Então, é só a luta, é só a mobilização, é só a pressão popular que garante o nosso direito.

Esse modelo coloca água e energia como uma mercadoria. Antes das privatizações, tínhamos no Brasil a água e a energia, principalmente a energia, dentro de um aspecto de serviço público. Com todas as suas debilidades, ela era



tida como um serviço público. Com o processo de privatização, ela passou a ser considerada uma grande mercadoria.

É isso que envolve a construção de usinas hidrelétricas. Nós não podemos pensar só no foco da geração de energia, temos que pensar também no contexto de negócios que se dão em torno da construção das usinas hidrelétricas, inclusive os negócios que se dão em torno das indenizações das famílias atingidas.

Hoje, nas regiões, existem empresas que se aperfeiçoaram em tornar o que é social e ambiental em um negócio. Um caso típico é o que está acontecendo em Altamira: as casas, que não valem mais de 5 mil reais, são avaliadas num preço muito maior. Então, esse é um negócio que se formou na questão dos direitos também.

Nesse contexto se criaram vários negócios na questão de energia. Um negócio é a geração, que é onde se produz energia; outro negócio são as grandes linhas de transmissão, que é outro setor que controla. A distribuição é outro negócio, e a comercialização passa a ser um outro negócio.

Então, é esse o problema central desse debate das hidrelétricas. Se quem tem interesses vai pegando isso como uma forma de ganhar muito dinheiro, não interessa o impacto social e ambiental decorrente desse processo de construção.

E se coloca na tarifa de energia a exploração desse modelo. Quem vai pagar essa brincadeira dos bilhões e bilhões que são “investidos”, entre aspas, nos projetos são os consumidores, que pagam a tarifa de energia.

Hoje de manhã foi falado: “*O Pará tem a tarifa mais cara do Brasil*”. Nós não queremos ficar em primeiro lugar, no Pará, mas a do Brasil é uma das tarifas mais caras do mundo.

Se, do ponto de vista tecnológico, segundo eles defendem, a energia hidráulica é uma das mais baratas, por que nós pagamos uma das tarifas mais caras?

Vou dar um rápido exemplo disso: em 2013, quando a Presidente Dilma retomou a concessão de algumas usinas hidrelétricas que estava vencendo e as jogou para o sistema ELETROBRAS, essas usinas passaram a vender energia no mercado de longo prazo a 33 reais o megawatt.



Usinas dos Estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais, comandados pelo PSDB, mantiveram a concessão para a iniciativa privada e estavam vendendo a mesma energia, do mesmo rio, a 822 reais no mercado de curto prazo.

Esses 822 reais hoje estão vindo nas tarifas de energia. Então, não é a distância do consumidor até as linhas de transmissão que define o preço da energia, mas, sim, a especulação que se dá nesse setor.

Isso é caso de polícia, francamente. O roubo que está sendo feito aos consumidores brasileiros é caso de polícia.

Eu li no jornal *Valor Econômico* de hoje: “*Governo conclui projeto que dá mais rapidez a desapropriações em obras*”. Isso vem para esta Casa, Deputado Tatto. Os senhores já sabem do que se trata.

A tarifa de energia é que paga a brincadeira desse processo todo. Então, é toda a população que paga o prejuízo desses grandes investimentos com grandes impactos sociais e ambientais.

No cenário de construção de usinas previstas para o próximo período, se pegarmos as regiões onde existe capacidade de geração de energia, principalmente pela fonte hídrica, que é a menina dos olhos do Governo e das empresas privadas, verificaremos que quase 90% do potencial a ser explorado ainda está na Amazônia. Então, a grande frente de expansão da questão da energia está na Amazônia.

Aí eu queria tocar numa questão que eu acho fundamental. Existe a questão do *fast track*, expressão em inglês que aqui significa agilidade no licenciamento ambiental. Esse é um processo em tramitação.

Há outro processo em tramitação. No ano passado, houve um encontro das principais associações de empresários que atuam no setor da energia — se não me engano são 18 associações. Um dos pontos que eles levantaram lá e que colocam como prioridade é a retomada da construção de grandes lagos para a construção de usinas hidrelétricas, justamente no sentido de garantir uma caixa d’água cheia para os períodos de maior escassez.

Então, nós vamos começar a enfrentar isso de novo, tal qual foi Tucuruí e tantas outras usinas hidrelétricas, que na Amazônia têm um impacto muito mais importante, muito mais grandioso. O Estado brasileiro, o Governo, como uma parte



desse Estado, e a iniciativa privada, na nossa avaliação, estão à frente desse processo. Eles não se preocupam com isso.

Eu confio aqui na luta popular, em profissionais que estão dentro desse sistema — vários profissionais estão aqui desde o início do nosso debate —, mas não confio no Estado, no Governo como uma estrutura que possa garantir a nossa pauta, os nossos direitos, como uma possibilidade de pensar dias melhores.

Acho que o dia de hoje foi muito proveitoso no sentido de trazermos a problemática, mas eu queria dar também outro enfoque, rapidamente. Acho que nós temos que sair daqui com uma baita capacidade, também, de animação, porque nesse processo todo de construção de usinas hidrelétricas, que envolve a resistência dos povos atingidos por barragens, tivemos grandes conquistas. Eu acho que isso é que tem que nos animar a continuar nessa luta. Nós temos que ter clareza acerca dos impactos, dos inimigos que estão por trás desse processo de construção de usinas hidrelétricas.

Podemos destacar que o arquivamento do processo de licenciamento ambiental no Tapajós é uma grande conquista para a classe trabalhadora, para os atingidos por barragens. No Vale do Ribeira também houve uma luta de resistência. A luta por direitos também tem sido uma grande conquista dos atingidos por barragens. Repito o que falei hoje de manhã e que é uma vergonha: no Brasil não existe uma legislação sequer que defina o conceito de atingido. Não existe. Quem define o conceito de atingidos são as empresas que constroem barragens.

Ontem, em Altamira, o IBAMA exigiu que a Norte Energia fizesse o cadastramento das famílias daquele bairro Independente I, que aparece no filme. Já é um avanço. Vai considerar essas famílias como atingidas por barragem, e nós precisamos garantir esse direito.

Quanto ao próprio processo de Mariana, que todo mundo aqui acompanhou e está acompanhando, por ser desastroso, devido ao impacto da lama, conseguimos colocar o Município no cenário de grandes denúncias contra a violação de direitos humanos.

Inclusive quero chamar a atenção deste coletivo para o fato de que existe uma iniciativa na ONU, um GT, do qual estamos participando, para discutir um tratado vinculante sobre as transnacionais. No ano que vem, vai ser realizada a



terceira e última sessão e nós precisamos colocar peso dentro da ONU, porque as empresas estão colocando peso lá dentro, nesse grupo, para não permitir que se crie uma legislação internacional que trate da violação de direitos humanos dos atingidos por barragens, por mineração, entre outros empreendimentos.

Eu queria terminar dizendo o seguinte: temos que confiar na luta, temos que confiar nos atingidos, temos que garantir um processo de mobilização permanente nas regiões, um processo de organização, um processo de unidade entre as organizações que atuam nas regiões, para que possamos garantir de fato os direitos das populações atingidas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Rogério.

Passo agora a palavra a Danicley Saraiva de Aguiar, representante do Greenpeace Brasil.

**O SR. DANICLEY SARAIVA DE AGUIAR** - Boa tarde a todos e a todas.

Eu queria começar a minha fala lamentando a do Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do MME, mais cedo. O negacionismo expressado na fala dele é impressionante, porque se trata de um debate que já superamos. Essa história de dizer que é intermitente, que, se botar energia solar e eólica, não dá conta é um debate que tecnologicamente já superamos. A própria Empresa de Pesquisa Energética, nacional, esteve na Espanha recentemente em missão técnica para olhar a usina de energia solar concentrada que a Espanha tem, que é uma tecnologia já desenvolvida na Europa e que produz energia de noite.

Eu estava dizendo ao Ivo, mais cedo, que a revolução energética já começou. Ela está em curso! Não há como pará-la — não há. Pode-se atrasá-la; nós estamos discutindo aqui em quanto tempo. A revolução está dada, não há como sair dela. O Estado pode negar, o Secretário de Planejamento pode negar que as energias eólica e solar não dão conta de segurar isso, mas esse processo está em curso já faz muito tempo.

O que nós temos que discutir entre nós aqui é em que tempo nós queremos fazer isso. Em qual tempo vamos descarbonizar a matriz energética brasileira, por exemplo? Nós do Greenpeace temos afirmado que isso é possível.



A nossa proposta para a sociedade brasileira em relação a 2050 não é uma proposta para o Estado brasileiro, porque nós entendemos que quem tem que discutir essa questão é a sociedade brasileira, não só o Estado. A participação da sociedade no rumo da política energética nacional tem que ser observada. Infelizmente, nem no Governo Lula nem no Governo Dilma nem no Governo Temer, foi observada, dada a ausência da participação da sociedade civil no Conselho Nacional de Política Energética — CNPE.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Para nós do Greenpeace não há dúvida nenhuma — eu creio que para todos os movimentos populares da Amazônia também não — de que não há espaço para mais hidrelétrica na Amazônia. Não há espaço para ampliação da política energética com base em hidrelétrica na Amazônia, não só porque há outras opções, mas também pela importância desse bioma tanto em razão dos serviços estratégicos que ele promove para o resto do País e para o resto do mundo como em razão da importância que as culturas que estão estabelecidas ali têm para a cultura nacional. Nós não podemos nos esquecer disso. Nós estamos falando de dezenas de povos indígenas de comunidades tradicionais que estão ali e que contribuem diretamente para a formação da cultura do povo brasileiro.

Então, a questão não é eminentemente ambiental. Existe uma questão ambiental clássica, importante, que tem que ser considerada, e existe a questão humana, que está ali colocada por pessoas que invariavelmente são vítimas desse processo.

Portanto, para o Greenpeace Brasil não há mais espaço para hidrelétrica na Amazônia. No Tapajós, na nossa compreensão, não pode haver uma nova Belo Monte. Não há mais espaço para fazermos isso. O Greenpeace Brasil já se posicionou e tem dito claramente em todos os debates que hidrelétricas na Amazônia são um mau negócio para o Brasil e para o mundo. Isso não faz sentido nenhum.

Esse relatório nós lançamos recentemente: *Hidrelétricas na Amazônia: um Mau Negócio para o Brasil e para o Mundo*. Listamos o que o Rogério mencionava: que empresas estão aí? O que está em jogo na verdade? O que está em jogo nessa história toda?



Na nossa avaliação, insistir na construção de hidrelétrica na Amazônia é insistir num modelo que pode levar o bioma ao colapso. Praticamente todos os rios da calha sul da bacia amazônica estão barrados ou em processo de barramento, considerando-se os vários estágios de licenciamento. Hidrelétricas estão sendo construídas nos rios da calha norte. Há rios da calha norte em estágio de inventário hidrelétrico: o Rio Trombetas, o Rio Paru.

No desenho clássico, quando se olha para o bioma, inclusive considerando as nascentes da bacia no Peru, há barramento espalhado em toda a bacia — é aquele mapa que o Philip trazia, anteriormente, na fala dele. Há um plano de barramento para a bacia inteira.

O que nós estamos defendendo no Greenpeace Brasil é a mesma coisa que a EMBRAPA defende no Pantanal: se você constrói 147 PCHs previstas para o Pantanal, você acaba com o Pantanal. O que vale para o Pantanal vale para a Amazônia.

Não só o Greenpeace está dizendo isso, mas também a Academia, que está dizendo isso há décadas. Cientistas renomados estão dizendo: *“Olha, cuidado com o que vocês estão fazendo!”* Nós do Greenpeace Brasil chamamos isso de um grande experimento a céu aberto. O Estado brasileiro não tem certeza do que vai acontecer.

Essa questão é grave, porque está se bloqueando todo o fluxo de sedimentos da bacia. O que acontece com a ictiofauna? Temos na Amazônia acho que 350 a 360 mil quilômetros quadrados de floresta aluvial, a floresta da beira do rio, que é a principal vítima das hidrelétricas, mesmo a fio d’água. A primeira vítima em termos de floresta é a floresta aluvial, que tem um papel fundamental no fluxo gênico, com a floresta densa, e um papel fundamental na reprodução da ictiofauna.

E o INPA tem uma penca de trabalhos científicos avisando isso. Não falta informação. Os cientistas do INPA estão dizendo isso há décadas. Há um cientista lá, o Junk, que, em 1980, cravado, alerta para esse problema da construção de hidrelétricas na Amazônia.

Então, não foi por falta de informação que a política continuou, não foi por falta de informação que a política ignorou uma série de situações.



Às vezes se ouve: “*Os ecochatos estão falando...*”. Não somos nós que estamos falando; todo mundo está falando. No maior jornal inglês, *The Guardian*, há a avaliação que se faz do risco hidrológico. Isso está lá; todo mundo o está considerando. No jornal *Folha de S.Paulo*, cientistas estão criticando a construção de hidrelétricas na Amazônia. E estudo alerta para emissões das hidrelétricas. Está aqui um dos maiores especialistas e defensores dessa tese, o Dr. Philip.

E continua o negacionismo. O Estado fala: “*É energia limpa, é energia limpa*”. Nega-se o que dizem cientistas renomados: “*Esse cara não sabe o que está falando*”. Dizem sobre um cientista com 30 ou 40 anos de pesquisa: “*Ele não sabe o que fala*”. E vem aqui um secretário ou um executivo do Governo e diz: “*Esse aí não sabe o que fala*”. Negar a ciência dessa maneira impressiona qualquer um, e é exatamente o que vimos percebendo na política de Estado com relação a essas questões.

Temos dito que há possibilidade, sim; há alternativas, sim. Fizemos uma comparação com o potencial de vento do Brasil: faríamos 40 usinas de São Luiz do Tapajós, se o Estado quisesse. Nós temos potencial de vento no Brasil para fazer 40 hidrelétricas do tamanho daquela. É uma questão de escolha. A discussão é política, porque o debate técnico está superado.

Nós temos tecnologia no mundo, hoje, para fazer a transição dessa matriz que temos hoje para uma matriz diferente. O debate hoje é mais político do que técnico. Mas o Governo insiste e fica no negacionismo técnico, dizendo que não temos resposta.

Eu trouxe esse eslaide porque é emblemático para mim. Aqui apresento o Brasil de hoje e o Brasil de 2050. O Governo também tem um plano para 2050. Assim como apresentamos um, o Governo apresentou outro.

Esse debate é emblemático porque temos insistido com o Governo em que não dá para querer que energia solar ou energia eólica concorra com essa matriz que está instalada aí sem rever algumas travas, alguns cadeados colocados no caminho, sobretudo no caminho da energia solar.

A discussão que travamos com o Governo é a seguinte: não haverá como mudar a matriz se mantivermos o cenário como está hoje: sem apoio, sem política de incentivo, sem poder usar o dinheiro do FGTS e com a taxa de juros cobrada pelo





sistema bancário. E digo isso porque hoje é muito mais barato pegar dinheiro do BNDES para construir hidrelétrica do que pegar dinheiro do Santander, do Bradesco ou do Banco do Brasil para botar um telhado solar. O BNDES o empresta a uma taxa menor. A taxa média é de 1,5% em qualquer Banco para você botar energia solar na sua casa. É mais fácil comprar carro popular a uma taxa de 0,9% ao mês. Pagamos taxa de 1,5% para botar energia solar.

Se não mudarmos esse cenário, no plano do Governo, vamos conseguir gerar, sim, 689 mil empregos; vamos colocar 7 mil megawatts até 2050, e 1 milhão e 200 mil unidades no Brasil terão energia solar. Na nossa proposta para 2050, mexendo em taxa de juros, mexendo em subsídio, mexendo na possibilidade de usar o FGTS para financiar energia solar, conseguiremos colocar energia solar em quase 9 milhões de residências neste País.

Além de mexermos nessa política, mexemos nos interesses das distribuidoras. É por isso que eu digo que é um debate político que o Congresso precisa fazer. Nós não podemos aqui, em nome dos interesses das distribuidoras, impedir o brasileiro de gerar a sua própria energia. E não vai ter jeito, não tem como segurar, nós vamos gerar energia, por bem ou por mal. Pelo amor ou pela dor, nós vamos fazer isso, com dinheiro do Estado ou com apoio do Estado ou da comunidade internacional. Esse processo é irreversível, e o Estado precisa entender isso.

Na proposta que estamos apresentando e debatendo, estamos falando de quase 4 milhões de empregos gerados só com energia solar neste País até 2050. Até 2020, seremos capazes de gerar 800 mil empregos. Diferentemente do que o Estado está dizendo, nós estamos debatendo.

Neste eslaide estamos vendo o Dr. Ricardo Baitelo, engenheiro elétrico que coordena a campanha Clima e Energia do Greenpeace Brasil. Nós temos feito seminários com a sociedade e buscado transparência com o Estado. Nós queremos conversar sobre a matriz energética. Não queremos fazer um debate de nós para nós mesmos, queremos conversar.

Construímos esse seminário com a *Folha de S. Paulo* lá em São Paulo, fizemos um debate, colocamo-nos na condição de debatedor e, inclusive, abrimos



recentemente uma conversa com a EPE. O Ricardo veio para cá, e conversamos com a EPE.

Também conversamos com o BNDES no Rio de Janeiro, para apresentar a nossa proposta e sujeitá-la ao debate. E precisamos fazer mais isso.

E aí tanto o BNDES quanto a EPE e o MME precisam fazer isso também: eles precisam sujeitar os seus projetos, os seus planos futuros à sociedade, para que todos discutam, porque esse é um tema estratégico nacional. Não estamos discutindo qualquer coisa.

Por fim, nós temos dito que a matriz de 2050 tem que ter 100% de fontes renováveis. A parte de hidrelétrica, na nossa compreensão, sai de 65% para 45% da matriz. Nós estamos propondo usar as hidrelétricas em 2050 como usamos hoje as térmicas. Nós vamos ter eólica, solar e, por vezes, biomassa alimentando o grosso da energia e vamos despachar hidrelétrica quando precisarmos. O que estamos propondo é simples: inverter o papel das hidrelétricas. Não estamos propondo destruir nenhuma que esteja pronta. Não precisamos construir mais nenhuma hidrelétrica na Amazônia se fizermos essa inversão.

Devemos ter uma matriz diversificada e descentralizada. Esse é outro desafio que o Brasil precisa entender que não dá mais para segurar.

Lamento que o tempo seja tão exíguo. Posso falar mais quando do debate. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Danicley.

Passo rapidamente a palavra a Ivo Poletto, assessor do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social e membro da Coordenação da Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil.

**O SR. IVO POLETTO** - Muito bem, gente! A tarde já está avançando e, certamente, todos estão bastante cansados. Alguém não está? *(Pausa.)* Que bom! Pelo menos uma pessoa não está cansada. *(Risos.)*

Eu vou trazer só mais alguns elementos para este debate. Não vou querer resolver a questão, até porque não dá. O tempo é pequeno, e nós vamos resolver isso no caminho, não aqui. Aqui nós temos que marcar alguns pontos de briga e prioridades para as nossas ações.



A Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil nasce de opções inclusive do próprio Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social, no sentido de que não ganhamos a parada. A consciência que nós tomamos foi a seguinte: não ganhamos a parada de enfrentar o que causa aquecimento e mudanças climáticas no planeta; no nosso caso, no Brasil; e, no caso mais concreto, na Amazônia.

E mais: na inter-relação dos biomas, nós não vamos conseguir fazer isso se ficarmos só no “não”. *“Não às hidrelétricas!”* Correto. Não devemos construir mais nenhuma hidrelétrica. Eu soube que ontem vocês já trabalharam nessa linha que hoje pela manhã apareceu: nenhuma hidrelétrica mais na Amazônia.

Eu estive com um pessoal em São Paulo, no Vale do Ribeira, na festa por finalmente ter sido impedida a construção de Tijuco Alto, que é da grande empresa Votorantim. Essa não é uma luta qualquer, mas uma luta importante. Eles já se prepararam para seguir na luta dizendo o seguinte: *“Nenhuma PCH aqui na região, nem mineração!”* Eles ganharam a luta em cima de uma hidrelétrica grande, mas sabem que agora a Votorantim, que quer explorar mais minérios lá, vai vir forte a fim de tentar aproveitar os pequenos rios para fazer as chamadas PCHs.

O povo lá já está informado de que isso causa a morte dos rios do mesmo jeito ou pior do que a hidrelétrica grande. Então, como o povo está informado, a decisão deles é livre. Eu senti isso nas palavras deles: *“Nós não vamos deixar construir as PCHs aqui! Como conseguimos derrotar a Votorantim no grande projeto Tijuco, não vamos admitir as demais!”*

Esta, para mim, é a questão central: que tenhamos a população com informação, para que possa dizer “sim” ou “não”.

Esse é um desafio que já temos e que precisamos alargar, somando nossas forças. Acho que aqui, mesmo relativizando pequenas diferenças que possamos ter, devemos eleger alguns pontos centrais. Se queremos ganhar a luta, precisamos ter um povo bem informado que tenha condições de tomar decisões conosco, para impedir esses projetos que vão para o pior, para o lado da destruição do ambiente, da vida e dos próprios povos, no caso da Amazônia. Isso vale também para o Pantanal, para São Paulo, enfim, para todas as regiões.

Eu queria dizer, inclusive dialogando um pouco com o nosso companheiro do MAB, que, sim, o sistema é inaceitável. O sistema em que está toda a eletricidade,



eu iria até mais longe, o sistema de energia que inclui também a utilização do petróleo e a paixão por ter descoberto e ter tecnologia para retirá-lo do fundo do mar, de um lugar abaixo da camada de sal, por isso chamada de pré-sal... Essa paixão é atrasada, é uma paixão do século passado ou do século XIX. Ela não pode continuar paixão hoje. O sistema que mantém isso é um sistema suicida. Não quero nem dizer que ele é apenas homicida das mulheres e de todo mundo; não, ele é suicida porque mata a galinha dos ovos de ouro, que é a Mãe Terra ou a Pacha Mama, como dizem os indígenas.

Se quisermos continuar achando que basta administrarmos diferente com qualquer fonte de energia, acho que estamos querendo ir para um enterro geral, porque o processo de aquecimento vai se agravar ainda mais e não vamos ter condições de produzir energia. Eu até brincava antes dizendo: *“Aí se vai produzir energia para fazer o quê? Para acabar de nos queimar, depois que a temperatura atingir 42, 44 ou 46 graus Celsius?”* Se for para isso, não vale a pena perdermos tempo agora, é melhor aproveitarmos a vida, gozar dela um pouco, porque não haverá futuro.

Então, é preciso, sim, ligar a nossa crítica a todo sistema centrado na economia e no uso e abuso das tecnologias privadamente e em busca de interesses que são de um grupo cada vez menor da população mundial e, no nosso caso, da população brasileira. É preciso ir contra, sim, esse sistema.

Mas vejam bem: dentro da discussão da energia, não basta discutir o sistema que administra e ganha, na forma de venda de energia e especulação, inclusive, em cima de bens naturais, que é o caso que temos aqui — não basta. Por quê? Porque, sim, temos que lutar por outras fontes de energia que nos prejudiquem menos, que agridam menos a Terra, que deixem a Amazônia ser Amazônia. Sem a Amazônia, nem os amazônidas vivem.

Estou chegando de um seminário na área de Filosofia, realizado há poucos dias lá. Eu digo, inclusive, que a Amazônia deve ser recomposta, reconstruída. Aliás, os Governos anteriores e também o atual disseram: *“Vamos reflorestar”*. Devemos ter cuidado com essa palavra. Muita gente acha que reflorestar é apenas ampliar um processo da indústria de papel ou de outras porcarias. Reflorestar a Amazônia não é isso, é recriar condições máximas possíveis de Floresta Amazônica. No nosso caso



aqui, reflorestar o Cerrado é recriar as condições no possível... Esse é o mais difícil de ser recuperado, porque é o bioma mais antigo que nós temos aqui. É muito difícil recuperar o bioma Cerrado, mas temos que tentar fazer o máximo para recuperar inclusive a função do solo, etc., e a água toda. Nós dependemos também do Cerrado. A própria Amazônia, em parte, recebe água do Cerrado.

Então, eu vou retomar: nós precisamos, sim, colocar em questão o sistema que controla, explora, domina o uso de recursos públicos, transformando a energia em mercadoria e explorando a população com preços, monopólios, etc. Ao mesmo tempo, nós temos, sim, que lutar contra o uso de determinadas fontes que são ruins para o ambiente e para nós, que vamos nos condenando.

O bonito é que, quando discutimos isso, algumas pessoas dizem: *“Também a energia solar não é limpa!”* E ainda vêm com outro argumento: *“Pegar a energia solar vai dar lucros à China”*. E eu respondo hoje em dia, sinceramente, vai dar lucro à China porque nós, no Brasil, através dos Governos que tivemos — falo no plural, sem especificar —, fomos burros, estúpidos de não perceber em tempo que esse era um capítulo, na área da energia solar, em que poderíamos estar despontando em âmbito mundial, tal é a nossa disponibilidade de sol e tal é a nossa capacidade técnica. Já temos inclusive tecnologias reconhecidas, até com teste industrial. Elas só não estão sendo utilizadas no Brasil porque se teimou em ficar com a mesma energia, com as mesmas fontes, explorando e querendo inclusive acabar com a Amazônia. A razão é só essa!

Se não fosse por isso, nós poderíamos estar mais na frente do que a China. A China está na nossa frente porque nós ficamos para trás. Se agora eles vão ter algum benefício porque nós vamos ter que comprar os componentes chineses, tenhamos paciência! Se não comprarmos dos chineses, vamos ter que comprar dos alemães, dos norte-americanos, dos italianos, dos franceses, porque vai demorar a haver componente brasileiro — tecnologia nós temos, como já anunciamos.

Aliás, num dos debates que nós tentamos fazer no Ministério de Minas e Energia, eu vi um cinismo no então Secretário-Executivo quando ele me disse que não sabia que o Departamento de Física da PUC do Rio Grande do Sul, lá em Porto Alegre, há vários e vários anos, havia desenvolvido uma tecnologia brasileira para



produzir tanto a célula fotovoltaica como os painéis e já havia, inclusive, feito teste industrial! Ele me disse que não sabia.

Cínico! É claro que ele sabia, só que fez de conta que não, preferindo colocar em questão as pesquisas do nosso amigo aqui, que demonstram com argumentações científicas que, além de tudo, as hidrelétricas são hoje reconhecidamente fontes de alta — e cada vez mais alta — emissão de metano, um dos gases causadores de grave efeito estufa em nossa atmosfera.

Eu quero concluir dizendo o que, no meu ponto de vista, está faltando de verdade no nosso País. Primeiro, poderíamos dizer que está faltando um governo que responda, respeite e dialogue com o povo. Também poderíamos, como os colegas falaram antes aqui, ir às instituições financeiras internacionais e tentar pressionar para que eles tenham um pouco mais de ética.

Mas eu não tenho confiança na eficácia disso. Eu acho que qualquer mudança em alguma área de governo, seja no âmbito das políticas municipais, estaduais e federais, seja no âmbito das políticas internacionais, depende de um trabalho paciente, no sentido de promover a educação popular e levar informação ao nosso povo.

O nosso povo precisa ter condições de saber o que vai acontecer se continuarmos com essa teimosia de manter como nossa base energética a hidroeletricidade combinada com a termoeletricidade e a energia nuclear. Nosso povo precisa saber também o que vai acontecer se continuarmos com a queima de petróleo e seus derivados.

No dia em que nosso povo souber de tudo isso e puder comparar essas fontes energéticas com a energia solar, a energia eólica e até a biomassa, no sentido principalmente de produção de biogás, que pode ser produzido nas casas de quase todo mundo que mora no interior, convidem esse povo a tomar a decisão.

Para mim, o governo de uma democracia é assim: é o povo realmente informado que toma a decisão sobre qual fonte de energia quer usar. E, se nosso povo quiser produzir energia em casa, ele deve poder fazê-lo. Não pode mandar na nossa decisão, na nossa comunidade, o império de um sistema autoritário, explorador, destruidor da natureza, que coloca todas as formas de vida em risco!

Obrigado. *(Palmas.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sr. Ivo Poletto.

Passo a palavra agora para a Sra. Kamyla Borges, Coordenadora da Área de Energia do Instituto de Energia e Meio Ambiente.

**A SRA. KAMYLA BORGES** - Obrigada. Eu gostaria de começar agradecendo a oportunidade de estar aqui e, mais do que isso, a oportunidade de ter ficado o dia inteiro com vocês.

Para mim, o que ficou muito claro, muito evidente, a partir de todas as falas no decorrer do dia, foi que nós precisamos de maior integração entre a área ambiental e de proteção socioambiental de forma geral e a política do setor energético, em especial, do setor elétrico.

Em relação à política do setor elétrico, a ideia é falar muito rapidamente sobre os dois principais instrumentos de política, os planos e os leilões, dando algumas sugestões ainda muito primárias, muito preliminares — deixo isso bem claro —, de como podemos promover, trabalhar e ampliar esses espaços de integração.

Começando com os planos do setor elétrico, ressalto que ele é um dos poucos setores de infraestrutura no País que tem uma sistemática, já histórica, de desenvolvimento de planos. Lembro que esses planos são todos indicativos — recentemente eles se tornaram indicativos —, mas, de toda forma, têm uma importância muito grande no direcionamento, na sinalização de futuro, de conformação da matriz, num horizonte de 10 ou 30 anos, e assim por diante.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Uma proposta que eu gostaria de apresentar aqui é no sentido de começarmos a trazer para os planos, pelo menos explicitar neles — falo especificamente dos Planos Decenais de Expansão —, uma sistemática de análise de cenários de futuro.

Atualmente, o Plano Decenal traz simplesmente um cenário — pelo menos ele só explicita um cenário. Por que não começar a trabalhar com outros cenários? Por exemplo, por que não explicitar no Plano cenários com hidrelétricas e sem hidrelétricas na Amazônia e, para cada um desses cenários, detalhar, por meio de metodologias transparentes, quais são as implicações ambientais, sociais, econômicas?



Tenho certeza de que a adoção de uma prática como essa certamente vai nos mostrar que é possível, sim, trabalharmos com cenários sem hidrelétricas na Amazônia, com todas as necessidades de segurança operacional, de modicidade tarifária, de conformidade e de apoio e proteção aos direitos socioambientais mais básicos.

Para isso acontecer, um ponto essencial é dar mais transparência ao processo, deixando claras as metodologias utilizadas e explicando como elas são aplicadas nos casos concretos, como elas efetivamente são implementadas. Também é uma forma de dar transparência ao processo tornar todas as etapas do processo efetivamente participativas.

O processo de desenvolvimento dos inventários de bacia, por exemplo, não prevê a participação da sociedade. Por que já não se começa a abrir a participação da sociedade durante todo o processo, desde os inventários de bacia até a finalização, até o leilão, até a construção, até o licenciamento? É muito claro que, em todo o processo, o único momento oficial de participação que temos são as audiências públicas no âmbito do licenciamento ambiental. Mas o que isso significa realmente?

Outra sugestão, em termos de ampliação de espaços de participação pública, diz respeito ao próprio Conselho Nacional de Política Energética. No fim de semana, recebemos a notícia de que já foi feita a indicação para a vaga do especialista da sociedade civil.

Deixo uma dica para essa pessoa, a qual não conhecemos, de quem nunca ouvimos falar e com a qual não temos nenhuma relação: quem sabe a primeira ação dela não possa ser exatamente a criação um grupo de trabalho no Conselho Nacional de Política Energética com o objetivo de avaliar e propor um novo formato de procedimento de escolha dos representantes da sociedade civil e de promover a ampliação da composição do Conselho Nacional de Política Energética? Isso pode ser um caminho.

Especificamente em relação aos leilões de energia, sabemos que, por mais que os planos nos deem um horizonte de futuro, o que realmente efetiva e concretiza a expansão energética no Brasil são os leilões de energia. São eles que definem o futuro da matriz.





Por que não começamos a pensar alguns mecanismos anteriores aos leilões que definam condicionantes para estes? Poderíamos, por exemplo, efetivar o instrumento, sobre o qual tanto se falou aqui hoje, da Avaliação Ambiental Estratégica, da Avaliação Ambiental Integrada, da Avaliação Ambiental Preliminar, fazendo com que ele se torne, de fato, um mecanismo efetivo, concreto, viável, aplicável, operacionalizável.

Vou dar um exemplo de que isso não é tão absurdo assim. Na área de petróleo e gás já existe um instrumento chamado Avaliação Ambiental de Área Sedimentar, o qual pressupõe um estudo ambiental integrado, regional. Um dos objetivos desse estudo é subsidiar a Agência Nacional de Petróleo, o Ministério de Minas e Energia, o próprio IBAMA, e assim por diante, na definição de áreas de restrição. Esse instrumento define, por exemplo, áreas aptas, áreas não aptas e áreas que deveriam ser para a moratória, para fins de exploração de petróleo.

Eu sei que a realidade do setor de petróleo e gás é muito diferente da realidade do setor elétrico, mas estamos falando de impacto da mesma forma. Por que não trazemos para a realidade setor elétrico algo parecido, de modo que tenhamos uma avaliação prévia de áreas de restrição? Por exemplo, qualquer área de terra indígena, já demarcada ou em demarcação, de unidade de conservação integral ou de uso sustentável — podem-se utilizar outros critérios semelhantes a esses — poderiam ser consideradas áreas de restrição total para fins de realização de empreendimentos. Essa é uma sugestão que deixo registrada aqui.

Por fim, é necessário trabalhar com critérios locacionais muito concretos e bem definidos nos próprios leilões. É possível introduzir como critério de escolha, de condicionante de resultado de leilão, algumas condicionantes ambientais. Basta nós aqui nos esforçarmos para definir muito claramente quais condicionantes seriam essas.

Há também alguns exemplos que já existem em licitações de outros setores, como a utilização de pesos diferenciados conforme a robustez ambiental que o empreendedor, a empresa ou o concorrente esteja apresentando. Esse é um passo pequeno, que pode não dar tanto resultado, mas já é um primeiro passo.

Era isso que eu queria dizer, muito rapidamente.

Muito obrigada, novamente. (*Palmas.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Muito obrigado, Kamyla.

O Danicley quer passar um recado.

**O SR. DANICLEY SARAIVA DE AGUIAR** - Como estamos falando de Amazônia, de violência contra os povos tradicionais e indígenas, eu quero dizer que acabei de receber de Belém um recado dizendo que terminou agora o julgamento do mandante do assassinato do José Cláudio e da Maria. Ele foi condenado a 60 anos de prisão. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Muito bem. De vez em quando temos notícia boa.

Pergunto se alguém quer fazer rapidamente — já começou a Ordem do Dia — alguma questão para esta Mesa? *(Pausa.)* Um monte de pessoas tem perguntas. Então, vá o senhor primeiro, dizendo o nome bem rápido.

**O SR. JOILSON COSTA** - Boa tarde a todos — já é quase boa noite. Meu nome é Joilson, sou de São Luís do Maranhão e também faço parte da Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil.

O Danicley trouxe em sua fala a questão da superação dos empecilhos técnicos para a inserção das fontes renováveis mais modernas. A tecnologia nós temos, mas é bom lembrar também que o discurso oficial vai sempre colocar a característica de intermitência dessas fontes.

Há também alguns desafios técnicos a serem levados em consideração, porque gerar tensão, jogar elétron numa rede, não é a única questão das fontes de energia. Há muitas outras questões, como o controle dessa tensão, o controle da frequência da tensão que circula no sistema elétrico nacional, que é uma só — no Brasil inteiro a tensão é 60 hertz —, o provimento de serviços ancilares. Enfim, há uma série de outros serviços, não apenas gerar e disponibilizar a tensão. Mesmo esses desafios técnicos são plenamente superáveis. Há tecnologias para isso: a engenharia está avançando no sentido de superar esses problemas.

É claro que há também este elemento que eles sempre vão mencionar: as dificuldades relacionadas à questão da intermitência. Mas quero ressaltar que esses são problemas perfeitamente resolvíveis. O próprio Operador Nacional do Sistema Elétrico vem se debruçando já há bastante tempo sobre esses desafios. E nós acreditamos piamente, tranquilamente, que esses desafios não podem ser vistos



como uma barreira intransponível, para que essas fontes tenham uma inserção mais forte na nossa matriz.

Eu gostaria de comentar rapidamente a fala da Kamyla sobre o CNPE, fazendo, talvez, uma provocação no sentido de sugerir um encaminhamento para esta Casa. A Kamyla coloca a necessidade de dialogar sobre a ampliação do Conselho Nacional de Política Energética, algo que as organizações da sociedade civil vêm defendendo há muito tempo.

Eu lembro esta Casa de que o Congresso brasileiro, por exemplo, não tem uma cadeira nesse Conselho, apesar de no CNPE haver representantes de vários Ministérios, vários órgãos do setor elétrico. Não sei se poderia sair daqui — talvez como uma sugestão desta Casa — uma recomendação de revisão do Decreto nº 3.520, de 21 de junho de 2000, que rege a composição desse Conselho, para que se passe a contemplar não apenas a participação do Congresso Nacional no Conselho, mas também a ampliação da participação da sociedade civil, porque, convenhamos, uma pessoa representar toda a sociedade civil brasileira neste Conselho é uma coisa muito irrisória. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Tomem cuidado ao propor mexer em conselhos neste momento, senão não vai sobrar um. *(Risos.)* Até os conselhos nas comunidades indígenas mais distantes vão acabar.

Quem foi que levantou a mão? *(Pausa.)* O senhor tem a palavra primeiro.

**O SR. ANTÔNIO APINAJÉ** - Boa tarde. Sou Antônio Apinajé, de Tocantins.

Reclamaram aí do preço da energia. Eu também reclamo. Se a gente está reclamando, é porque o preço está alto, mesmo. Mas a gente paga porque a gente quer.

Eu sugeriria que a gente se mobilizasse para tentar derrubar o preço da energia. Quem sabe, dessa forma, a gente consegue derrubar também outras coisas? Em 2013, o pessoal, por 30 centavos, foi para as ruas e mexeu com o País. Por que a gente, que está se sentindo prejudicado, não se mobiliza para isso?

Também se falou em construir caixas d'água. Esse foi o plano aí do pessoal do setor elétrico. Eu pergunto: quem vai abastecer essa caixa d'água, já que eles estão desmatando o Cerrado, no arco do desmatamento — Mato Grosso, Tocantins, Maranhão? Quem vai abastecer essa caixa d'água?



Há outra coisa: no caso de Belo Monte — a gente viu no filme ontem —, não retiraram a vegetação, não suprimiram a vegetação da represa. Então, nós temos ali uma armadilha mortal — não é, Ivo Poletto? — para essa questão do aquecimento global. Aquela vegetação vai ficar ali um monte de tempo, não vai se desintegrar, vai ficar ali gerando poluição na água, envenenando a água, e causando essa questão do gás, gerando gás metano.

Era essa a minha consideração.

**O SR. DANNY** - Boa tarde.

Meu nome é Danny. Eu sou do povo celta, do País de Gales. Gostaria de valorizar e parabenizar a riqueza desta Mesa e de todas as Mesas.

Eu só quero complementar algumas dimensões. Primeiro, agradeço ao Danicley e ao Ivo por trazerem a questão científica, porque a revolução energética é extraordinária neste momento. E eu gostaria de falar que, conversando com cientistas amazônicos — o Prof. Lola, do UFPA, e o Prof. Antonio Nobre —, percebi que a questão principal é gerenciar o pânico. Eles têm informações, eles têm argumentos. Não se trata de uma questão de avaliação científica. O desafio é encontrar uma forma de gerenciar o pânico mundial que vai acontecer quando os povos no mundo ficarem cientes da realidade ecológica. E, Ivo, a questão não é suicídio, é ecocídio.

Eu estou conectado com a Universidade Comunitária dos Rios, em Marabá. Essa universidade está conectada com 70 países no mundo. No mundo, há um consenso, que não existe neste momento no Brasil, quanto ao fato de que a Amazônia é o bioma que regula e irriga todos os biomas no mundo. Então, se nós deixarmos a Amazônia cair, não haverá futuro.

A Naomi Klein escreveu o livro *Tudo Pode Mudar — Capitalismo vs. Clima*. Ela destaca questões que já têm apoio popular mundial. A questão da educação popular no Brasil é encontrar uma forma de sensibilizar o povo a tempo.

Só completo com uma informação: hoje, enquanto nós estamos aqui, no Congresso, a China está realizando um encontro mundial chamado Educação Artística pelo Desenvolvimento Sustentável. Na última década, o Greenpeace precisava realizar clandestinamente cursos de formação de militantes, de ativistas



ecológicos, mas, neste momento, na China, há professores, há cientistas, há povos reunidos, pensando em como lidar com todas as questões que vocês apresentaram.

E eu acho que é importante também lembrar o filme do Leonardo DiCaprio, que se passa não depois das inundações, mas antes delas. E ele mostra como a China está se preparando para desenvolver uma indústria de energia solar mundial.

Em relação ao que disse a Kamyła, eu descobri, quando estava nos Estados Unidos recentemente, no ano passado, que o Brasil barateou o preço da energia solar até o nível mais barato. O País tinha o preço mais barato no mundo em leilões no final de novembro de 2015.

Então, o Brasil tem condições de ser liderança na produção de todas as energias limpas e renováveis. A questão não é só de vontade política, é de confiança popular em que isso exista como uma possibilidade.

Obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado.

A Mesa tem 1 minuto para suas considerações finais.

**O SR. ROGÉRIO PAULO HOHN** - Então, vamos lá. Eu acho que o debate hoje foi muito rico. Ele trouxe vários elementos técnicos, científicos, políticos.

Pelo avançado da hora, não dá para nos alongarmos muito, mas eu queria agradecer, em nome do MAB, o convite — o Brent nos convidou a vir ao seminário.

Eu queria terminar dizendo que o processo tem todo esse aparato de conhecimentos construídos pela classe trabalhadora, mas estamos num momento decisivo também nas nossas bases, nas nossas comunidades, nos nossos bairros. E nós precisamos fortalecer a luta. Acho que esse é o grande pilar que tem que sustentar a nossa estratégia de ação para o próximo período.

É claro que as ações governamentais, as ações legais, têm que continuar fortalecendo a nossa luta, mas não devemos designar a elas a principal tarefa nesse processo. A principal tarefa — de mobilização, de construção de conhecimento, de luta de resistência, de luta pelos direitos — é nossa. E seguimos fortes e firmes nessa nossa luta.

Obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Tem a palavra a Kamyła.



**A SRA. KAMYLA BORGES** - Quero novamente agradecer imensamente a oportunidade de estar aqui e, principalmente, de participar das discussões que aconteceram durante o dia.

Para mim, o mais importante de todo o dia de hoje, o que eu vou levar comigo daqui, foram as discussões e, principalmente, as colocações feitas pelos representantes das comunidades ribeirinhas e das comunidades indígenas. Para mim, que fico em São Paulo, trancada no escritório, vocês foram os grandes professores do dia.

Então, muito obrigada a todos vocês.

Era isso o que eu tinha a dizer. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Kamyla.

Tem a palavra o Ivo.

**O SR. IVO POLETTI** - Bem, eu queria encerrar dizendo que o Fórum Mudanças Climáticas faz parte da Frente por uma Nova Política Energética, mas nós estamos permanentemente procurando aprofundar a compreensão de todos os processos que nos ajudem a continuar vivendo aqui neste planeta, mudando, quem sabe, a nossa forma de relação com ele.

E aí eu digo para os senhores o seguinte: se tiverem dúvidas sobre esses processos destrutivos e ameaçadores para a vida, nós do Fórum estamos à disposição para o diálogo e o aprofundamento, a fim de compreendermos melhor o que está acontecendo.

Agradeço a oportunidade e espero que daqui nasça maior união, para conseguirmos as mudanças profundas de que o nosso País precisa e que nós podemos fazer. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Danicley.

**O SR. DANICLEY SARAIVA AGUIAR** - Quero agradecer a todos e, sobretudo, ressaltar que, diferentemente de alguns gestores públicos, nós não somos legacionistas, não; nós reconhecemos os desafios. E, se há dois desafios que o Brasil precisa discutir — e discutir com seriedade —, são os dos campos da ciência energética e da inovação tecnológica. Nós não podemos continuar com um setor industrial obsoleto, demandante de energia, energo-intensivo.



Como temos dito, o Greenpeace é membro da Frente. Se existe algo que precisamos discutir neste País é para que e para quem se destina a energia. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado.

Desfaço esta Mesa. O Rogério permanece aqui, pois está previsto que ele fique na Mesa de encerramento e de encaminhamento — não sei como está o seu tempo.

Obrigado, Kamyla. Obrigado, Ivo e Danicley.

Convido para se sentar à mesa, para encaminhar o encerramento da coordenação do seminário, o Sr. Sérgio Guimarães, Presidente do Instituto Centro de Vida — ICV e Coordenador do GT Infraestrutura; a Sra. Antônia Melo, Coordenadora do Movimento Xingu Vivo para Sempre; e o Brent Millikan, Coordenador do Programa Amazônia, da International Rivers — Brasil. *(Pausa.)*

Quem pode começar, a Antônia ou o Brent? *(Pausa.)*

Tem a palavra o Sr. Brent Millikan.

**O SR. BRENT MILLIKAN** - Serei rápido, porque está chegando a hora da nossa cervejinha e, no caso do Deputado Nilto Tatto, está chegando a hora de voltar para o plenário.

Eu também acho, como já foi mencionado aqui, que o debate de hoje foi riquíssimo, muito importante. Conseguimos abordar temas fundamentais. Embora não tenhamos conseguido 100% de participação, como queríamos — a última Mesa também não contou com a participação do MME —, conseguimos fazer um debate rico. É importante que haja continuidade a partir daí.

Como foi lembrado pelo Rogério e por outras pessoas, é importante, principalmente para nós, a questão do fortalecimento da luta, do apoio. Precisamos trabalhar junto com as populações atingidas e ameaçadas, seguindo essa ideia de uma ampla aliança, que envolva inclusive Parlamentares, além de outros setores da sociedade e do Governo que possam contribuir para esse processo.

Em relação a aspectos mais pontuais, acho que podemos fazer o exercício de identificar alguns pontos-chaves e sistematizar um pouco os debates, discutindo algumas questões-chaves que dizem respeito à atuação do Legislativo na criação de projetos de leis, que são fundamentais, como também alguns tópicos referentes à



agenda do Executivo, sobretudo relacionados ao MME, ao setor elétrico e à área ambiental do Governo.

Pontuando algumas questões da última Mesa, eu acho que o pano de fundo é a discussão mais ampla do planejamento energético. Há também as questões de participação, de transparência, dessa visão mais ampla de um outro paradigma para pensar a energia no País, com diversificação, descentralização. Existe ainda a questão da eficiência energética e da conservação da energia, que o Danicley lembrou agora.

Podemos pensar talvez um planejamento com outros parâmetros, incluindo questões como geração de emprego e renda, integridade dos ecossistemas, água, biodiversidade, mantendo os direitos humanos no centro da discussão.

E é preciso trabalhar com as populações locais na busca das suas próprias soluções, garantindo o seu envolvimento. Isso começa, inclusive, com a discussão sobre os espaços de participação no CNPE, mas chega a outros níveis mais locais.

Em relação à primeira Mesa, sobre planejamento e licenciamento ambiental, quero falar, sem querer sistematizar tudo, de algumas questões fundamentais. Por exemplo, o nosso debate aqui tem a ver com esse projeto de lei de *fast track*, como se diz, e com o próprio PPI, como foi lembrado hoje de manhã. Eles estão em curso e realmente fomentam esse processo. Os atropelos que identificamos aqui podem piorar a situação, que já está extremamente problemática.

Acho que, no âmbito do Congresso, a questão da consulta livre, prévia e informada foi um dos temas fundamentais identificados aqui em relação a planejamento e licenciamento.

Também é importante a questão da atualização dos instrumentos de planejamento para superar esse isolamento do setor elétrico, que tende a atropelar o resto, como a avaliação ambiental estratégica. Acho que esses são alguns temas importantes.

Um tema que foi recorrente aqui e em outros eventos é a situação causada pela persistência, com base em uma legislação da época da ditadura, do instrumento da suspensão de segurança, que acaba inviabilizando o funcionamento do Judiciário. Acho que não dá para falarmos de uma gestão socioambiental do setor elétrico quando áreas inteiras da nossa governança não funcionam. Como é





que podemos falar em direitos humanos sem um Judiciário que funcione efetivamente? Isso diz respeito à uma agenda do Congresso.

Por último, em relação à questão dos bancos, eu acho que foram identificados alguns pontos fundamentais, entre os quais, o modo como a política sociambiental dos bancos efetivamente integra questões relacionadas aos direitos humanos, sobretudo das populações locais. Outro ponto é a avaliação prévia de risco socioambiental. Há ainda questões relacionadas a prioridades, a mudanças de paradigma, deixando de pensar em megaprojetos para pensar em outras estratégias, em termos de política energética que o BNDES poderia assumir, que poderiam até ser mais alinhadas com o Fundo Amazônia, por exemplo. Esse seria outro tipo de direcionamento.

Por fim, quero agradecer — e muito mesmo — à Comissão de Meio Ambiente pelo empenho, pela colaboração, pela parceria. Faço um agradecimento especial à Estela e a toda a sua equipe, bem como aos seus colegas da Comissão.

Faço um agradecimento especial também ao Deputado Nilto Tatto e à sua equipe, a Francine e o Roberval, e ao Deputado Arnaldo Jordy, que presidiu a Mesa à tarde.

Acho que isso é tudo. Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Brent.

Tem a palavra a Sra. Antônia Melo.

**A SRA. ANTÔNIA MELO** - O Brent fez uma síntese que complementou bem tudo o que foi falado hoje pelas Mesas, como também por nós, o público deste seminário.

Para nós, é bastante crítico o cenário que se apresenta e tudo o mais que nós já vivíamos antes e estamos vivendo agora, em relação às nossas propostas, a essa luta, a essa possibilidade de encaminhamentos. Porém, nós usamos muito da teimosia e da esperança. Portanto, nós temos que voltar e dizer que seguimos com esperança, teimosia, resistência, persistência naquilo que nós acreditamos.

Muito se disse hoje aqui, muitas denúncias foram feitas. Falou-se do desejo dessa luta, do que nós queremos para a nossa vida para a melhoria das condições, para o respeito ao direito à vida como um todo.



Eu gostaria de perguntar sobre a possibilidade de sair daqui um relatório — não sei se ele seria elaborado por um Deputado da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável — com tudo o que aconteceu hoje, com esses encaminhamentos, e de esse relatório ser divulgado amplamente, até para outros gabinetes desta Casa, a fim de se tentar uma sensibilização. Acredito que alguém vá ter tempo para ler. Deveria haver pelo menos uma divulgação do que aconteceu neste importante seminário hoje aqui.

De igual forma, é importante dar divulgação nas redes sociais. Todos nós que estamos aqui temos como divulgar. Vamos tentar fazer uma ampla divulgação do que aconteceu com essas nossas propostas e encaminhamentos de hoje aqui, para que esse conhecimento não fique só entre nós.

O Ivo falou da importância desse debate sobre a busca por outras fontes, por essa mudança, por essa eficiência energética. Acredito que isso tenha que começar a partir de nós, da população, dos movimentos, da comunidade. É importante levar informação, fazer uma campanha permanente no nosso meio, nos movimentos, na comunidade, enfim, onde nós trabalhamos, onde estamos, em todos os lugares.

Para isso, seria importante — essa é uma proposta, uma sugestão — que o Fórum de Mudanças Climáticas e a Frente por uma Nova Política Energética produzissem um documento, uma cartilha bem simples, com linguajar e dinâmica bem populares, para as pessoas entenderem bem o que é a luta pela mudança desse modelo. Isso começa a partir de nós.

Temos que fomentar e articular uma campanha de informações em nossas bases. Algo tem que ser feito. Eu não acredito que comece de cima, porque lá em cima estamos vendo que é um fracasso, uma derrota, uma destruição. Temos que começar a inovação por nós. É da base popular e do povo que a mudança vem.

Agradeço em nome do Movimento Xingu Vivo para Sempre. Acredito que nós trouxemos para cá a voz dos povos do Xingu, daqueles que não puderam chegar até aqui, mas que, com certeza, confiam em nós e no que trouxemos para falar, nas nossas reivindicações e na nossa posição de continuar firme na luta. Para nós, Belo Monte não é fato consumado.



Portanto, continuamos na luta contra esse modelo que hoje foi altamente denunciado, até mesmo criminalizado, porque é um crime. O que queremos como desenvolvimento nós sabemos fazer.

Trazemos a nossa gratidão à Comissão de Meio Ambiente, à Frente Popular e a todas as organizações que ajudaram a realizar este belíssimo e importante seminário hoje na Câmara Federal.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sra. Antônia.

Concedo a palavra à Sra. Judith, do Movimento dos Atingidos por Barragens — MAB.

**A SRA. JUDITE DA ROCHA** - Eu queria aqui reafirmar três pontos.

Primeiro, ao ouvir todas as falas, eu fico imaginando que sou atingida, há 20 anos, na Barragem de Caxias, no Estado do Paraná. Em 20 anos, eu não consegui perceber que houve avanços.

Há toda uma história. Se formos reler o histórico das hidrelétricas no Brasil, nós vamos ver que ainda temos inúmeros passivos. A cada dia, temos mais passivos. A cada dia, temos mais problemas.

Se considerarmos as hidrelétricas dos anos 60, 70, nós vamos discutir problemas que vivenciamos hoje em Belo Monte, no Madeira, no Teles Pires, no Tocantins. Há uma história de continuação de violação de direitos ao longo desses anos. O próprio Governo diz, no relatório da Comissão, em 2011, que há 16 violações de direitos humanos gravíssimas.

A primeira violação é muito simples. O primeiro direito a ser violado é o direito à informação. Nenhum atingido sabe como vai ser o dia dele amanhã. Eu acredito que as conquistas que nós tivemos na condição de atingidos — eu falo por experiência de vida — foram fruto da luta e da organização. Essa é a única ferramenta que tem nos ajudado e que tem, de fato, nos dado a categoria de atingidos. A organização e a luta são o único caminho que temos para continuar vencendo o que está posto para nós.

Eu ouvi falarem muito da legislação ambiental, que é mais velha do que eu, que já está caducando. A legislação não mudou. De fato, podemos perceber que não constam vários dos impactos que sofremos hoje.



Eu cito uma coisa muito simples. Eu fiz uma dissertação de mestrado na qual estudei sobre os impactos das hidrelétricas na saúde. Lá só consta a malária como problema de saúde. Será que é só isso? É uma pergunta para a qual nós temos a resposta.

Eu não quero desprezar a fauna nem a flora, mas nos estudos não existe gente. Contrata-se uma equipe para cuidar dos bichinhos, mas não das pessoas. Eu acho que precisamos mudar isso. Esse é outro problema gravíssimo que precisamos discutir e conhecer. A maioria de nós ainda não conhece a legislação ambiental das hidrelétricas, que libera os grandes projetos.

Outro ponto é a comunicação. Há muita gente no Brasil que ainda não sabe o que é uma hidrelétrica, que não sabe que a hidrelétrica gera energia, mas que atrás dessas hidrelétricas mata-se um monte de gente e morre um monte de gente.

Chamo a atenção para as instituições de ensino, que deveriam fazer esse debate de forma muito mais ampla. Vemos que há pessoas que não conhecem isso, que não sabem o que isso significa.

Há um grande impulsionador de dois pontos que foram debatidos aqui: a outra forma de produção de energia. Isso precisa começar por nós. Nós devemos ser os impulsionadores disso. Nós temos que dizer que, na prática, isso é verdade e dá certo. Para isso, nós também precisamos comunicar melhor as nossas ações. Esse é um ponto.

Outro ponto que nós precisamos discutir melhor é o preço que pagamos pela energia. Cada um desses cidadãos aqui também é pagador da destruição dos nossos rios, dos nossos bens naturais. Eles precisam saber disso. Nós precisamos saber que nós somos responsáveis por isso.

Por último, quero trazer um debate interessante sobre os impactos que não são vistos e tampouco são discutidos nesse processo da construção. Eu queria trazer aquilo que não se vê sobre o trabalho das mulheres. Tudo o que se produz e se cuida não tem valor. Eu cito uma situação muito simples: quem cuida do pé de fruta? Quem cuida da horta, do chá? Quem cuida de um monte de coisa, mas não é visto e não tem valor? Esses são pontos sobre os quais temos que refletir.

Todos nós dos movimentos indígenas, como o Movimento Xingu Vivo, precisamos fazer esse debate com os que vivem nos nossos Estados, nas nossas



comunidades, e com aqueles que não estão próximos de nós. Temos que parar de fazer o debate só para nós mesmos, porque muita gente em nossa volta não sabe quem somos nem qual é o nosso sofrimento. Eu acho que precisamos provocar. É melhor nós provocarmos e recebermos um não do que aqueles que não conhecem o movimento acharem que nós atrasamos o desenvolvimento. Temos que provocar esse debate.

No mais, quero agradecer o convite e dizer que continuamos nessa luta. Nós também acreditamos que a organização é o processo de transformação da sociedade e tem que partir de nós.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Sérgio Guimarães.

**O SR. SÉRGIO HENRIQUE GUIMARÃES** - Às vezes, no dia a dia, quando vivenciamos as situações, não damos tanta importância para o momento que estamos vivendo. Mas eu vejo que este momento, este dia de hoje, Deputado, tem importância fundamental em vários aspectos.

Quero agradecer — já fiz na abertura, mas agora reforço — o esforço das várias redes e organizações para que isto acontecesse. Agradeço o esforço das pessoas que aqui vieram, o esforço da Comissão de Meio Ambiente, que está aqui representada o dia todo.

Quero dizer da riqueza deste momento. Aqui estão as vozes dos atingidos, as vozes das pessoas que estão sentindo na pele os impactos de Belo Monte e do Madeira, as consequências das hidrelétricas que já estão na Bacia do Tapajós, as vozes dos que estão se defendendo de futuras hidrelétricas.

O pior e mais triste nisso — hoje nós sabemos, porque as investigações estão mostrando — é que essas decisões não têm sido tomadas para gerar energia elétrica de qualidade para a sociedade brasileira, mas principalmente para fortalecer interesses de grandes empreiteiras, interesses de caixa dois, interesses de corrupção, para realimentar o processo eleitoral.

O sofrimento dessas populações é duplo: pelo sofrimento em si e pelo motivo que leva à degradação a sociedade brasileira, pela não resolução dos problemas. Este momento que estamos vivenciando aqui é importante, Deputado.



Nós falamos dos impactos e dos processos que estão acontecendo, mas é fundamental destacarmos algo que foi tratado também nesta Mesa: as alternativas de geração de energia sem as hidrelétricas na Amazônia. Isso é o que nós estamos falando desde ontem. Temos que sair daqui com essa clareza.

Há outro aspecto fundamental deste seminário: a presença de pessoas do Madeira, do Xingu, do Tapajós, do Tocantins. Inclusive, agradeço também a presença e a participação de pessoas de outros países da Pan-Amazônia. Mesmo que a participação seja pequena, é importante termos essa visão.

Há a questão da Bolívia, levantada aqui. Os impactos das hidrelétricas do Madeira foram grandes em Rondônia, mas foram muito maiores na província de Beni, na Bolívia. Sabe-se que 60 pessoas morreram, que se perderam 15 mil cabeças de gado, que a indústria do turismo acabou. Algumas áreas ficaram debaixo d'água por 3 meses.

A junção desses movimentos aqui é fundamental. Eu acho, Antônia, que essa é a principal força deste seminário, para definirmos o que faremos depois.

Há outra coisa que foi ressaltada pelo Deputado aqui algumas vezes. Acho que é fundamental observarmos a conjuntura que estamos vivendo no País neste momento. Há uma tendência de desconstrução da legislação, que já é precária, que não é cumprida, e uma valorização dos interesses colocados majoritariamente no centro do Governo. Isso coloca sobre nós, na condição de movimento, uma responsabilidade ainda maior. Eu acho que isso é importante.

Por último, eu quero ressaltar uma coisa que foi levantada aqui: a importância da Amazônia para as comunidades que lá vivem e que aqui deram o seu depoimento é fundamental, mas a situação vai muito além disso.

A Amazônia é importante para a estabilidade do clima não só na América do Sul, mas no planeta. Então, isso tem uma importância fundamental. Estamos falando de um lugar estratégico, que diz respeito não só à vida das comunidades, mas a todo o planeta. Isso precisa ser comunicado por nós.

Por isso, eu vejo que o próximo passo aqui é a interação com o Governo, com o CNPE — Conselho Nacional de Política Energética, com a Câmara dos Deputados. Tem que haver o desenvolvimento de estudos, de alternativas energéticas, de alternativas econômicas. Tudo isso tem que ser trabalhado. Temos



que trabalhar principalmente a nossa articulação e o fortalecimento do nosso movimento.

Antes de terminar, quero ressaltar uma mensagem clara desse conjunto, sobre a qual a Antônia já vem falando desde ontem: *“Nenhuma hidrelétrica a mais na Amazônia!”* Isso é fundamental para todos.

Quero encerrar as minhas palavras com as da Judith, quando disse que as únicas conquistas que alcançamos até agora foram fruto da nossa luta e da nossa organização. Só assim nós vamos conseguir transformar essa realidade que está colocada. A principal lição deste seminário é exatamente esta: nós temos que nos unir, nos juntar, para virarmos esse jogo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sr. Sérgio Guimarães.

Amanhã, dia 7 de dezembro, às 14 horas, haverá um seminário sobre a questão agrária brasileira, em comemoração aos 25 anos do núcleo agrário da bancada do PT, no Auditório Freitas Nobre.

Na quinta-feira, dia 8 de dezembro, às 9 horas, nesta Comissão, teremos uma audiência pública para discutir os resultados da COP 21 e da COP 22, tema relacionado ao que discutimos aqui hoje.

Nós precisamos estar atentos, porque há um sério risco de o Brasil não cumprir aquilo com que se comprometeu na COP em Paris, no ano passado, haja vista que o desmatamento na Amazônia vem aumentando, como todos têm acompanhado. O próprio Ministério do Meio Ambiente já diz que tem dificuldade em obter os equipamentos e a equipe, principalmente para a frente de combate a desmatamento e incêndio. Trata-se de um debate importante que tem tudo a ver com este seminário.

Informo também que, a partir de amanhã, as apresentações dos palestrantes deste seminário estarão à disposição dos interessados na página da Comissão de Meio Ambiente, na Internet, no *link Seminário e Outros Eventos*.

Eu queria fazer um agradecimento especial aos organizadores deste seminário: Aliança dos Rios da Pan-Amazônia, Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social, Frente por uma Nova Política Energética, GT Infraestrutura. Todos



trouxeram uma oportunidade de fazermos juntos este seminário muito oportuno na Comissão de Meio Ambiente. Para mim, é uma satisfação muito grande, porque tem tudo a ver com a agenda com a qual trabalho aqui, com a minha história, com a minha militância.

Quero agradecer a oportunidade de ter sido o Deputado que vocês vieram procurar para realizar este seminário. Em nome do próprio Presidente da Comissão de Meio Ambiente, ressalto que estamos à disposição para dar continuidade àquilo que for nossa demanda aqui no Parlamento.

Não vou estender a minha fala, até porque já começou a Ordem do Dia, mas eu gostaria de dizer que vivemos uma conjuntura diferente, de ameaça mesmo a uma série de conquistas dos últimos 30 anos, 40 anos, do ponto de vista do Direito, da legislação.

Boa parte dessas pessoas aqui é testemunha da dificuldade da implementação dos direitos que foram conquistados ao longo desse tempo. Nós passamos por um período em que ocorreram conquistas. Vários grupos que estão aqui, em relação a esses temas que foram tratados, se tornaram sujeitos de direitos neste País. Mas nós temos uma dificuldade muito grande na implementação desses direitos. Estamos numa conjuntura agora de ameaça desses direitos, o que é pior do que a situação pela qual alguns de vocês passaram nesse período recente, como o próprio Sérgio reforçou aqui. Nós estamos um momento que não é fácil, um momento de resistência, um momento de colocar a cabeça para fora e resistir à ameaça a esses direitos.

Nós temos a oportunidade de considerar os avanços de outros países, como foi colocado aqui, com relação à alternativa para a produção de energia. Temos também que fazer o debate sobre o consumo de energia no Brasil. Não dá para pensarmos a questão energética, os impactos sociais, os impactos ambientais, os impactos culturais, sem pensarmos também que vivemos ainda num país classificado como um dos piores do ponto de vista da distribuição de renda.

A luta ambiental não está desconectada da luta contra a desigualdade social. Acho que este seminário apontou vários caminhos que vão nesse sentido. Não podemos trabalhar de forma desassociada.

Quero agradecer a cada um dos internautas que participaram.





Desejo uma boa noite às senhoras e aos senhores. Obrigado.

Está encerrado este seminário. *(Palmas.) (Manifestação na plateia: Águas para a vida, não para a morte!)*